Relatório de Análise sobre as Demandas do Sistema de Justiça aos Serviços Públicos Municipais de Saúde e Assistência Social

Santa Catarina - 2016

Realização

Conselho Regional de Psicologia 12ª Região:

- Conselheiro Anderson Luís Schuck, CRP-12/10082

Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região:

- Conselheiras Rosana Maria Prazeres, CRESS 12ª/02840 e Marta de Lourdes de Almeida Nunes, CRESS 12ª/05011

Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina:

- Psicólogo Klauser Michels, CRP-12/08704 - Gerente de Avaliação e Controle de Gestão de Pessoas e
- Patrícia Michels Sandrini - Coordenação de Cálculo Judicial Diretoria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina:

- Psicóloga Mariana Vidal Foltz, CRP-12/05958 - Gerência de Proteção Social Básica

Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina:

- Conselheira Vânia Maria Machado, CRP-12/00258

Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS em Santa Catarina:

- Representante Ivo Schnaider , CRESS 12ª/02392

Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina:

- Presidente Vânia Maria Machado, CRP-12/00258

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina:

- Presidente Comissão Assistência Social Arlete Carminatti Zago, OAB/SC 1.119

Polícia Civil de Santa Catarina:

- Psicólogas Policiais Indiane Bertuol, CRP-12/09857 e Isis Maria Ignacio Rodrigues CRP-12/01133

Equipes responsável

Conselho Regional de Psicologia 12ª Região:

- Conselheiro Anderson Luís Schuck, CRP-12/10082 - Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização
- Psicóloga Lucila de Castro Neves, CRP-12/04801 - Coordenação Técnica
- Psicóloga Assistente Técnica Iramaia Ranai Gallerani, CRP 12/14108 – Análise Técnica
- JGDC Soluções Analíticas em Informática LTDA - Análise de dados

Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região:

- Conselheiras Rosana Maria Prazeres, CRESS 12ª/02840 e Marta de Lourdes de Almeida Nunes, CRESS 12ª/05011
- Assistente Social Maria Dolores Thiesen, CRESS 12ª/000861 – Coordenação Técnica

SUMÁRIO

1. Breve Contextualização 2
2. Objetivo do Levantamento 4
3. Formulário de Levantamento 4
4. Coleta dos Dados 6
5. Análise dos Dados 7
5.1. Caracterização do público respondente ao levantamento 7
5.2. Caracterização dos respondentes segundo a demanda 12
5.2.1. Categoria R1 - Não recebe demandas do Sistema de Justiça 12
5.2.2. Categoria R2 - Recebe demandas apenas relativas a seu público alvo 15
5.2.3. Categoria R3 - Recebe demandas apenas relativas ao Sistema de Justiça 23
5.2.4. Categoria R4 - Recebe demandas relativas a seu público alvo e ao Sistema de Justiça 37
6. Conclusões 61
7. Anexos 63
ANEXO A 63
ANEXO B 64

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Este projeto teve início a partir da preocupação do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região e Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região com as implicações éticas e técnicas às quais as (os) profissionais da Psicologia e do Serviço Social estão submetidas (os) diante das demandas recebidas do Sistema de Justiça, aqui compreendido por Comarca de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia.

Tendo em vista as atribuições dos Conselhos profissionais, conferidas por meio da Lei 5766/71 à Psicologia, e da Lei 8.662/1993 ao Serviço Social, de normatizar e regulamentar o exercício profissional, bem como zelar pela qualidade dos serviços prestados, se faz necessário o cumprimento do papel relativo aos mesmos diante da realidade profissional apresentada.

Neste sentido, realizou-se levantamento pelo setor técnico do Conselho Regional de Psicologia, em novembro de 2013, sobre os dilemas éticos de psicólogas (os), envolvidos em ações deste Conselho, frente aos excessos de demandas da Justiça, chamados aqui de *Transborde da Justiça* – para elucidação do conceito, vide tabela de terminologias (ANEXO B). A partir disso, foi realizada uma reunião junto a Procuradoria Geral de Justiça (06/03/14) e outra com a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (03/06/14), ambas com a participação do Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI/SC.

Destas reuniões encaminhou-se que o CRP-12 realizaria síntese sobre as atribuições dos psicólogos lotados nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como das implicações geradas pelo acolhimento de demandas advindas do Poder Judiciário, de modo a servirem de orientação para promotores e magistrados.

Da reunião com o Juiz Corregedor Dr. Paulo Roberto Froes Toniazzo também foi encaminhado que o CRP-12 mapearia os atendimentos realizados nesta temática.

Compreendendo a problemática levantada, distante de queixas pontuais ou específicas da Psicologia, mas pertinente à qualidade dos serviços públicos prestados à população catarinense, o CRP-12 solicitou apoio de entidades parceiras para o diagnóstico desta questão e para o planejamento conjunto de providências que pudessem maximizar os esforços empreendidos pelos atores das políticas públicas na promoção do rompimento de situações de fragilização da população e, ao mesmo tempo, possibilitar o esclarecimento aos magistrados e promotores catarinenses.

Foram convidados, em 03/06/14: Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (CRESS/SC); Federação Catarinense de Municípios (FECAM); Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS de Santa Catarina (FETSUAS/SC); Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina (CEAS/SC); Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina (CES/SC); Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST/SC); Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina (SES/SC), Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SinPsi/SC), Sindicato de Trabalhadores da Saúde de Santa Catarina (SindSaúde/SC); Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina (OAB-SC); e Delegacia Geral de Polícia Civil.

Em 2014 foram realizadas cinco reuniões (25/06, 09/07, 06/08, 20/08 e 03/09) que contaram com a participação de representantes do CRP-12, CRESS 12ª Região, FETSUAS, CEAS, SST, SES, Fórum dos trabalhadores da Saúde e Delegacia Geral de Polícia Civil. Destes encontros foi acordado que seria feito levantamento online junto às (os) profissionais da psicologia e do serviço social, lotadas (os) em políticas públicas de Saúde e Assistência Social, para identificar o impacto das demandas advindas do Poder Judiciário no serviço prestado.

O instrumento foi consolidado e aplicado como piloto em dezembro de 2014, por disponibilização de formulário do Google Drive, às (aos) psicólogas (os) e assistentes sociais lotadas (os) nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Município de Florianópolis e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Palhoça.

A estrutura de tal instrumento foi pensada a partir dos principais dilemas apresentados pela demanda espontânea recebida pelo CRP-12, bem como o diálogo estabelecido entre as instituições parceiras. Para a elaboração do questionário inicial, tiveram-se como referência as solicitações do Sistema de Justiça que se referiam a processos de adoção, disputa de guarda, pedidos de tutela e curatela, destituição de poder familiar, investigação criminal, perícia e depoimento enquanto testemunha. Tais processos são definidos na Tabela de Terminologias (ANEXO B). A partir desse instrumento, coletou-se 17 respostas e, após análise do instrumento, conclui-se que a ferramenta possibilitava acesso irrestrito para qualquer profissão no SUS e SUAS e havia pouca confiabilidade na tabulação dos dados.

Em 2015 foram realizadas 11 reuniões com as Entidades parceiras que culminaram na reformulação do instrumento, aplicado por meio da ferramenta online *SurveyMonkey*. Tal ferramenta demonstrou a confiabilidade necessária ao processo de levantamento de dados, amparada na definição anteriormente realizada a respeito dos processos em que havia uma incidência relevante do Sistema de Justiça. Vale ressaltar que, para a elaboração de tal instrumento, foram elencadas categorias de respondentes, que dissessem respeito

às possibilidades de demandas recebidas do Sistema de Justiça e possibilitassem a análise de cada categoria. Deste modo, possibilitou-se a análise dos dados sem presumir que o público respondente adotasse entendimento uníssono quanto aos limites e possibilidades de diálogo com o Sistema de Justiça. As demandas foram separadas em:

- Inexistentes, configurando a categoria de respondentes R1;
- "Relativas a informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico do público atendido" e "para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) ESPECIFICAMENTE ao Sistema de Justiça", configurando o público R3 na inexistência da ultima formulação e R4 quando os respondentes recebem ambas.

Para a divulgação do levantamento foi criada arte específica e disparada por meio das mídias das entidades representantes, bem como por Boletins Eletrônicos de algumas das entidades componentes do grupo. Também foi gravado vídeo institucional para divulgar o levantamento e sensibilizar a categoria para a participação.

2. OBJETIVO DO LEVANTAMENTO

O objetivo do levantamento é identificar a existência e a incidência de demandas do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia Civil e Conselhos Tutelares que extrapolam os objetivos dos programas/serviços públicos municipais de saúde e Assistência Social, executados pelas (os) psicólogas (os) e assistentes sociais, no estado de Santa Catarina. Ademais, com o resultado deste levantamento se pretende subsidiar e fortalecer o diálogo com o Sistema de Justiça, identificando caminhos que possibilitem a promoção da Justiça e de Direitos.

3. FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO

Para a realização do Levantamento sobre o Sistema de Justiça, utilizou-se um formulário estruturado (ANEXO A), no formato *SurveyMonkey*, disponível à população de psicólogas (os) e assistentes sociais inscritos nos respectivos Conselhos Profissionais, pelo período de 21/09/15 a 30/11/15. A partir do questionário, considerou-se necessário obter as seguintes informações:

A) Profissão: Esta classificação permitia à (o) respondente elencar entre as profissões de psicóloga (o) e assistente social;

B) Cidade: As 295 cidades do estado de Santa Catarina foram disponibilizadas às (os) respondentes e, posteriormente, para a realização das análises, organizadas em mesorregiões, de acordo com o Guia de Municípios da FECAM. Ao todo, as cidades foram categorizadas em seis mesorregiões, a saber: Grande Florianópolis, Serrana, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Sul Catarinense e Vale do Itajaí;

C) Serviço e/ou Programa em que a (o) profissional atua: Permitia a (o) respondente elencar os Serviços e/ou Programas inseridos nas políticas do SUS e do SUAS, nas quais atua, ou ainda, escolher a opção "outros" para aquelas atividades referentes a outras políticas;

D) Identificação da demanda recebida: Nesta classificação, era possível indicar o tipo de demanda recebida e, a partir disso, categorizar os respondentes em:

R1: Não recebe demandas do Sistema de Justiça;

R2: Recebe demandas do Sistema de Justiça, APENAS relativas a informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico do público atendido;

R3: Recebe demandas, APENAS para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) ESPECIFICAMENTE ao Sistema de Justiça;

R4: Recebe demandas relativas TANTO a informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico de seu público atendido, QUANTO para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) especificamente ao Sistema de Justiça.

E) Caracterização do demandante: Nesta etapa, era solicitado ao respondente caracterizar o tipo de requerente, entre Comarcas de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia,

bem como a média das frequências mensais de solicitações, entre nenhuma, de 01 a 05, de 06 a 10, de 11 a 15, de 16 a 20 e acima de 20. Foram realizadas algumas especificações em relação aos diferentes tipos de respondentes:

R1: Não direcionado a responder sobre as características do demandante, uma vez que informou não receber demandas;

R2: Direcionado a responder sobre o demandante e a frequência dos pedidos de **informações sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público alvo**, bem como responder sobre a requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer sobre os atendimentos realizados;

R3: Direcionado a responder sobre o demandante e a frequência de **solicitações relacionadas especificamente ao Sistema de Justiça** dentro das temáticas: crimes que envolvem situação de violência, abuso e/ou agressões; disputa de guarda e/ou alienação parental; adoção; tutela; curatela; suspensão e/ou destituição do poder familiar; e atendimento compulsório com objetivo e/ou prazo estabelecido. Direcionado também a responder sobre a requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha e sobre a existência de penalidades sofridas diante do descumprimento de alguma demanda;

R4: Direcionado a responder sobre o demandante e a frequência dos pedidos de **informações sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público alvo,** sobre o demandante e a frequência de **solicitações relacionadas especificamente ao Sistema de Justiça** dentro das temáticas: crimes que envolvem situação de violência, abuso e/ou agressões; disputa de guarda e/ou alienação parental; adoção; tutela; curatela; suspensão e/ou destituição do poder familiar; e atendimento compulsório com objetivo e/ou prazo estabelecido. Além disso, direcionado a responder sobre a requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha e, ainda, sobre a existência de penalidades sofridas diante do descumprimento de alguma demanda;

1. **Impactos referentes à demanda recebida:** Permitia à (ao) respondente elencar os impactos sofridos nos objetivos do trabalho realizado, diante das demandas recebidas;

2. **Dúvidas sobre o tema:** Permitia à (ao) respondente elencar dúvidas advindas das demandas recebidas do Sistema de Justiça;

3. **Identificação (opcional):** Solicitação de contato da (o) respondesse caso tivesse interesse em contribuir com o aprofundamento da pesquisa.

4. COLETA DOS DADOS

A coleta de dados ocorreu de 21/09/15 a 30/11/15, período em que o formulário elaborado na ferramenta online *SurveyMonkey* ficou disponível às (os) respondentes. O formulário foi enviado, por meio de um link de acesso online, às (os) profissionais de Psicologia inscritas (os) no Conselho Regional de Psicologia 12ª Região e às (os) profissionais de Serviço Social, inscritas (os) no Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região, por meio de boletim eletrônico, além da divulgação em mídias sociais e eventos realizados pelas categorias profissionais. Ademais, os respondentes tiveram acesso ao link mediante a divulgação das entidades parceiras.

Os comunicados e o próprio formulário instruíram sobre a limitação do público alvo da pesquisa: profissionais das referidas classes que estiveram lotados, nos meses de julho a setembro de 2015, junto aos serviços públicos catarinenses de Saúde e Assistência social.

A partir disso, obteve-se um total de 468 respostas. Dentre estas, 392 caracterizavam-se como respostas válidas, isto é, que se referem à quantidade de profissionais que responderam à pesquisa em sua totalidade. Ressalta-se que as informações analisadas neste relatório compreendem SOMENTE as respostas válidas.

5. ANÁLISE DOS DADOS

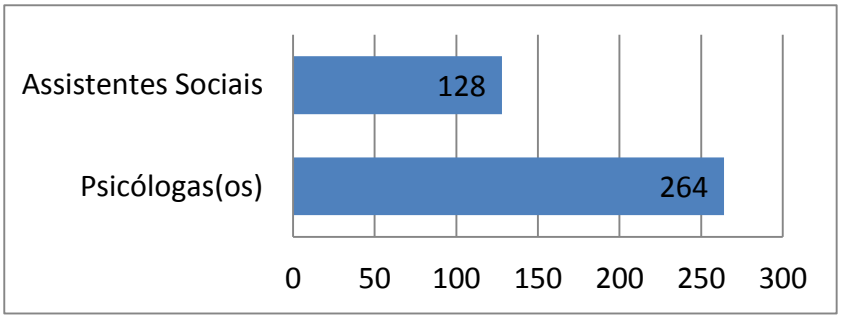
Inicialmente, os dados serão analisados em número total de respondentes por profissão (psicologia e serviço social); número total relativo à categoria de respondentes (R1, R2, R3 e R4), para cada profissão; proporção de respondentes por categoria e por profissão, política na qual os profissionais realizam seu trabalho e número total de respondentes por mesorregião.

Após, os dados serão categorizados conforme os tipos de respondentes válidos (R1, R2, R3 e R4). Para cada uma destas categorias de respondentes, serão levantadas as seguintes questões: número de respondentes, na categoria elencada, para cada mesorregião; existência/incidência de demanda, subdividida em demandantes, frequências e temas; requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha; ocorrência de penalidades em decorrência do descumprimento das demandas advindas do Sistema de Justiça; os possíveis impactos da demanda solicitada ao trabalho realizado pelas (os) profissionais respondentes; e, por fim, as dúvidas relativas às demandas recebidas.

5.1. Caracterização do Público Respondente ao Levantamento

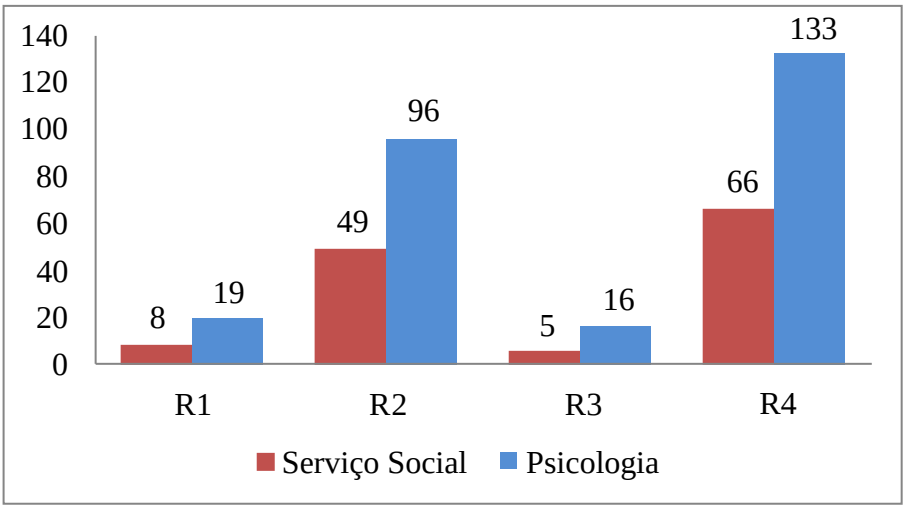
Diante do exposto acima, a partir do total de 392 respondentes, obtiveram-se os seguintes dados:

GRÁFICO1: TOTAL DE RESPONDENTES POR PROFISSÃO



Nota-se que o maior número de respondentes se encontra na categoria profissional de psicólogas (os), com um total de 264 respondentes, enquanto as (os) assistentes sociais representam um total de 128 respondentes. Tal fato pode ter relação com o número de profissionais de psicologia inscritos em Santa Catarina, aproximadamente 10.000 pessoas, enquanto os assistentes sociais somam um total aproximado de 6.000 pessoas. Veremos adiante que esta proporção não se mantém em relação às demandas recebidas.

GRÁFICO 2: PROFISSIONAIS RESPONDENTES POR CATEGORIAS R1, R2, R3 E R4



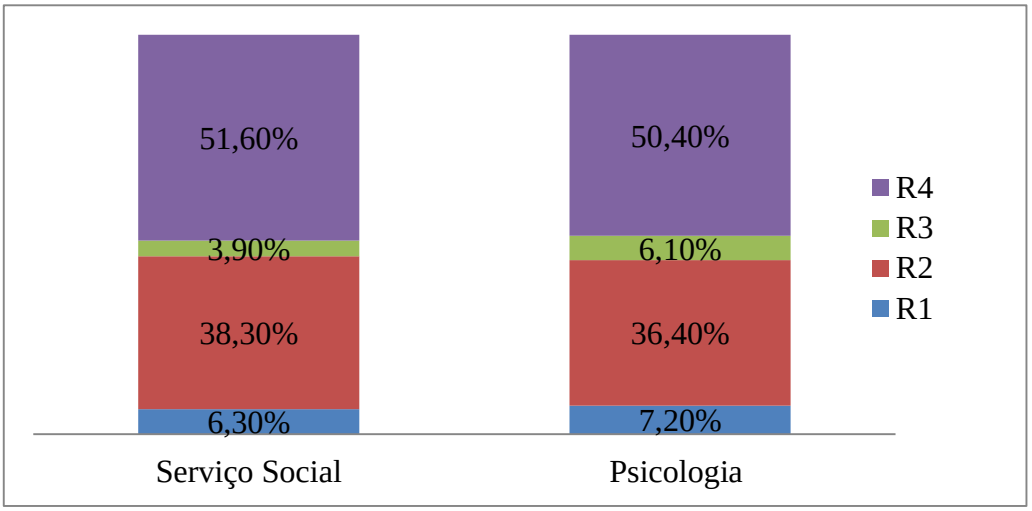
A partir do gráfico 2, é possível depreender que a grande maioria dos respondentes recebe solicitações do Sistema de Justiça, ou seja, 264 psicólogos (as) que correspondem à 67% e 128 assistentes sociais que correspondem à 33%.

A maior parte desta demanda se enquadra na categoria R4, com um total de 66 respostas para assistentes sociais e 133 respostas para psicólogas (os), o que significa que a maior demanda recebida pelos respondentes da pesquisa diz respeito as informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico do público atendido e também para demandas específicas do Sistema de Justiça.

Outra parcela significativa destes respondentes, 96 psicólogas (os) e 49 assistentes sociais, identificam-se com a categoria R2, ou seja, afirmam receber apenas pedidos de informações sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público alvo, bem como responder sobre a requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer sobre os atendimentos realizados.

É possível notar diferenças tênues entre as categorias profissionais, demonstradas no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR CATEGORIA R1, R2, R3 E R4 POR PROFISSÃO

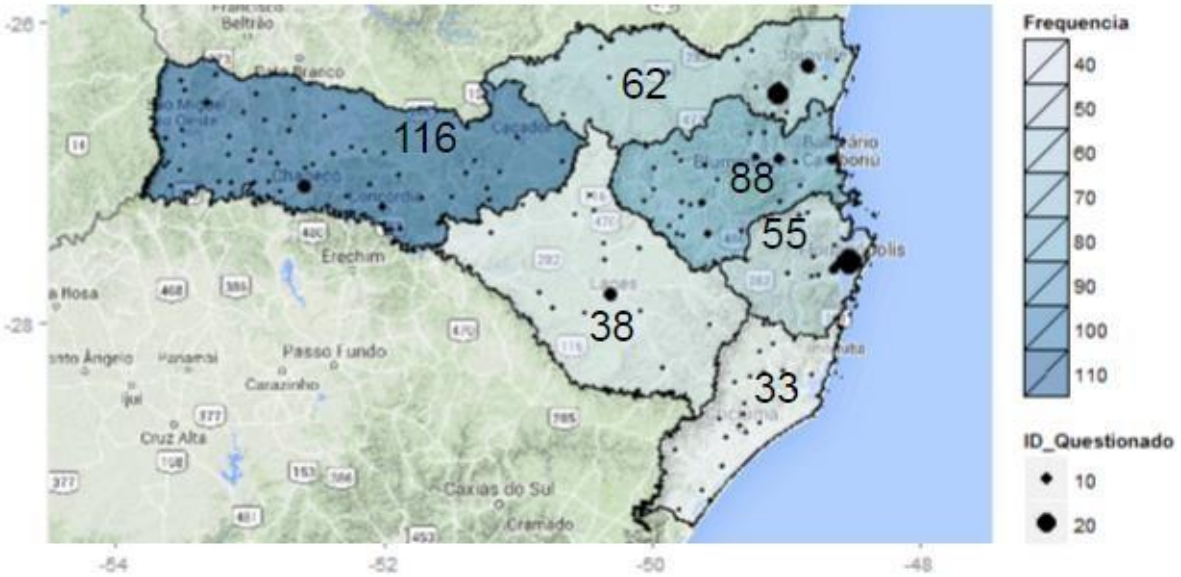


Depreende-se do gráfico que as (os) psicólogas (os) respondentes estão um pouco mais distribuídos entre as categorias que as (os) respondentes assistentes sociais, mais identificados proporcionalmente com as categorias R2 e R4. A diferença percentual, no entanto, não ultrapassa três pontos em cada uma das categorias.

O percentual de respondentes que não recebe demandas do Sistema de Justiça (R1) é um pouco maior para psicólogas (os), com 7,2% das (os) psicólogas respondentes, quando comparado ao percentual de assistentes sociais, que totalizou 6,3% das (os) assistentes sociais respondentes. Em relação àqueles que recebem demandas apenas relativas a seu público alvo (R2), as (os) assistentes sociais representam o maior número de respondentes, com 38,3% do total de assistentes sociais, enquanto o percentual de psicólogas (os) é de 36,4%. No que se refere aos profissionais que respondem apenas demandas relativas ao Sistema de Justiça (R3), a percentagem de psicólogas (os) respondente é maior, com 6,1% do total de psicólogas (os), enquanto o percentual de assistentes sociais é de 3,9%. Já em relação às (aos) respondentes que recebem tanto demandas relativas apenas a seu público alvo quanto apenas relativo ao Sistema de Justiça, nota-se que a percentagem de assistentes sociais é maior, com 51,6% do total de assistentes sociais, enquanto o percentual de psicólogas (os) é de 50,4%.

Em relação à localização geográfica dos respondentes, têm-se os seguintes dados:

FIGURA 1: NÚMERO TOTAL DE RESPONDENTES POR MESORREGIÃO DE SANTA CATARINA



A partir da figura, é possível verificar que a mesorregião que possui o maior número absoluto de respondentes é a mesorregião do Oeste Catarinense, com 116 respondentes, seguida da Mesorregião do Vale do Itajaí, com um total de 88 respondentes. Registra-se que a maior frequência de respostas se encontra nas cidades de Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó e Lages.

TABELA 1: MESORREGIÕES DE ACORDO COM O TOTAL DE CIDADES, NÚMERO DE CIDADES RESPONDENTES E O PERCENTUAL RELATIVO CORRESPONDENTE

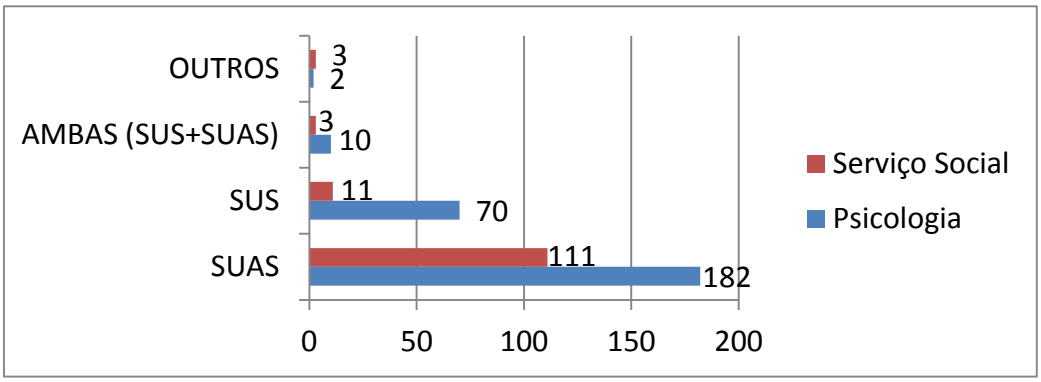
Mesorregião	Total de cidades	Número de Cidades Respondentes	Percentual Relativo
Mesorregião do Norte Catarinense	26	16	62%
Mesorregião do Vale do Itajaí	54	33	61%
Mesorregião de Serrana	30	16	53%
Mesorregião do Sul Catarinense	46	23	50%
Mesorregião da Grande Florianópolis	21	11	52%
Mesorregião do Oeste Catarinense	118	58	49%
Total	**295**	**157**	**54%**

Constata-se que, pela análise primária da tabela acima, dos 295 municípios catarinense o Levantamento atingiu 157, o que corresponde a 54%. Desta forma evidencia-se que a frequência não se trata de fenômeno peculiar de uma região ou município deste estado.

É possível verificar que, apesar da Mesorregião do Oeste Catarinense ser a que possui o maior número absoluto de respondentes (FIGURA 1), quando se analisa o número de cidades com respondentes, tendo como parâmetro o total de cidades daquela mesorregião, nota-se que a Mesorregião do Norte Catarinense é aquela que atingiu o maior número de cidades, com 62% do total das cidades desta Mesorregião. Segue-se com a Mesorregião do Vale do Itajaí, com um percentual de 61% das cidades atingidas.

Já quanto ao número total de respondentes que atuam em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social, têm-se os seguintes dados:

GRÁFICO 4: TOTAL DE RESPONDENTES DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS E DO SUAS



A partir do gráfico é possível verificar que, em números absolutos, o Sistema Único de Assistência Social é aquele com o maior número de respondentes tanto para a psicologia, com 192 respondentes (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS) quanto para o serviço social, com 114 respondentes (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) Tendo por base o número total de respondentes da pesquisa, a proporção de assistentes sociais na política do SUAS é maior que a encontrada aos profissionais da Psicologia.

Devido à dinamicidade que a lotação destes profissionais revela no atual momento não foi possível levantar com precisão o número total de profissionais em cada uma das políticas públicas ora pesquisadas.

No que se refere às políticas e/ou atividades que não se inserem em políticas públicas de saúde e de assistência social, descrito no Gráfico 4 como “outros”, têm-se os seguintes dados:

TABELA 2: CATEGORIA "OUTROS" PARA CADA PROFISSÃO

Assistente Social	Psicóloga (o)
Instituto Nacional do Seguro Social	Clínica
Programa de Atendimento a Estudantes em Vulnerabilidade Social – IFSC	Educação
Grupos com a Terceira Idade	-

Por meio da tabela, nota-se que um total de cinco respondentes informou a respeito de atividades que não estariam inseridas nas políticas públicas de Saúde e Assistência social. Para as (os) assistentes sociais, obteve-se um total de três respostas, que abarcam políticas de Previdência Social, Educação e política indefinida. Em relação às (aos) psicólogas (os), obteve-se um total de duas respostas, que abarcam a Psicologia Clínica e a Psicologia Jurídica.

Esta análise é realizada a partir dos dados advindos do formulário de levantamento, para cada uma das categorias de respondentes – R1, R2, R3 e R4. Tais categorias serão especificadas de acordo com o número de respondentes, mesorregião na qual ocorre sua incidência, política na qual está situada, caracterização do demandante, bem como impactos ao trabalho realizado pelos profissionais e dúvidas que podem surgir diante das demandas recebidas. As questões se apresentaram de forma semiestruturada, sendo possível elencar uma alternativa ou responder de forma aberta, no caso de haver necessidade por parte da (o) respondente incluir respostas além do disponibilizado e/ou incluir especificações em sua resposta.

5.2. Caracterização dos respondentes segundo a demanda

Nesta etapa, serão apresentados os dados referentes a cada categoria de respondentes (R1, R2, 33 E R4), de acordo com a demanda recebida.

5.2.1 Categoria R1 – Não recebem demandas do Sistema de Justiça

A categoria de respondentes R1 se caracteriza pelo não recebimento de demandas do Sistema de Justiça. Para esta categoria, obteve-se um total de 27 profissionais respondentes, organizados de acordo com os dados a seguir:

TABELA 3: QUANTIDADE E PERCENTUAL RELATIVO DE PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R1

Profissionais	QUANTIDADE	Percentual Relativo
Assistentes Sociais	8	6,3%
Psicólogas (os)	19	7,2%
Total R1	**27**	**6,9%**

De acordo com a tabela 3, 08 assistentes sociais e 19 psicólogas (os) responderam não receber demandas do Sistema de Justiça, totalizando assim 27 respondentes para esta categoria. Vale lembrar que participaram do levantamento 392 profissionais, sendo 128 assistentes sociais e 264 psicólogos (as). Nesse sentido a categoria R1 representa 6,9% dos respondentes da pesquisa.

MESORREGIÃO

Tais respondentes se encontram distribuídas (os) em todas as mesorregiões de Santa Catarina, segundo os dados abaixo:

TABELA 4: QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS RESPONDENTES POR MESORREGIÃO DE SANTA CATARINA – CATEGORIA R1

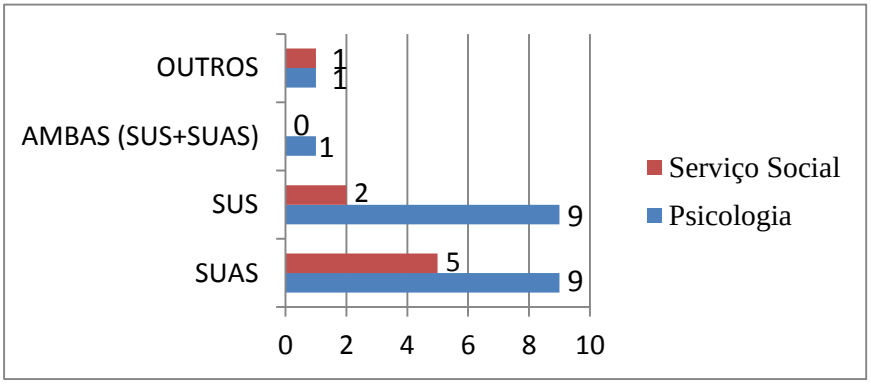
Respondente	Grande Florianópolis	Serrana	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Vale do Itajaí
Psicólogas (os)	1	2	4	4	4	4
Assistentes Sociais	1	1	3	1	0	2
Total R1	**2**	**3**	**7**	**5**	**4**	**6**

Como já mencionado, o levantamento contempla 392 profissionais respondentes, sendo 128 assistentes sociais e 264 psicólogos (as). Denota-se relativa concentração de respondentes da Mesoregião Norte Catarinense, com um total de sete respostas, sendo quatro psicólogas (os) e três assistentes sociais. Destaca-se ainda que seguindo a ordem de incidência, aparecem as Regiões Vale do Itajaí, Oeste Catarinense, Sul Catarinense, Serrana e por último Grande Florianópolis.

POLÍTICA PÚBLICA

Já no tange à política na qual as (os) respondentes realizam seu trabalho, os dados se apresentam da seguinte maneira:

GRÁFICO 5: NÚMERO DE RESPONDENTES, DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS E DO SUAS – CATEGORIA R1



No que se refere aos respondentes que não recebem demandas do Sistema de Justiça (R1), nota-se, a partir do gráfico, que um total de 15 profissionais se encontra na política do SUAS, sendo dez psicólogas (os) (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS) e cinco assistentes sociais, enquanto há um total de 12 profissionais nas políticas de saúde, sendo dez psicólogas (os) (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) e dois assistentes sociais.

CARACTERIZAÇÃO DO DEMANDANTE

Em relação à categoria de respondente R1 não foi solicitado ao mesmo que especificasse o tipo da demanda, uma vez que não havia recebimento de demandas por parte do Sistema de Justiça.

DEPOIMENTO E/OU TESTEMUNHO

A este público não foi feita a questão referente à existência de requisições para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer acerca de atendimentos realizados e/ou documentos decorrentes de atendimento. Partiu-se do entendimento que, não havendo demandas do Sistema de Justiça, a (o) respondente não seria chamada (o) a depor em juízo e/ou ser testemunha.

PENALIDADES

Considerando a não incidência de demandas, a (o) respondente não foi solicitada (o) a responder sobre possíveis penalidades sofridas.

IMPACTOS AO TRABALHO

Embora o respondente não tenha indicado o recebimento de demandas, é válido ressaltar o percentual de respondentes que afirmaram não haver demandas foi pequeno, considerando o total da amostra para cada profissional. Além disso, pode-se afirmar que, em relação a estes profissionais, as políticas nas quais trabalham se encontram em articulação com os objetivos dos Programas e Serviços que as regem e/ou existem profissionais no Sistema de Justiça que realizam atividades próprias a este âmbito. Neste sentido, há o reconhecimento das possibilidades e limites no desenvolvimento do trabalho na Rede Pública de Atendimento.

DÚVIDAS

Os respondentes desta categoria não foram chamados a responder sobre dúvidas relativas à demanda recebida, uma vez que não recebem demandas.

5.2.2. CATEGORIA R2 – Recebem demandas apenas relativas a seu público alvo

A categoria de respondentes R2 se caracteriza por receber demandas que correspondem apenas a informações relativas ao atendimento e/ou acompanhamento técnico do público atendido. Nesta categoria, obteve-se um total de 145 profissionais respondentes, organizados segundo os dados abaixo:

TABELA 5: QUANTIDADE E PERCENTUAL RELATIVO DE PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R2

Profissionais	QUANTIDADE	Percentual Relativo
Assistentes Sociais	49	38,3%
Psicólogas (os)	96	36,4%
Total R2	**145**	**37%**

Segundo a tabela, um total de 49 assistentes sociais e 96 psicólogas (os) responderam receber demandas apenas relativas às informações decorrentes de sua atuação. Levando em conta o total de participantes na pesquisa (392 profissionais), a categoria R2 representa 37% destes respondentes.

MESORREGIÃO

Tais respondentes se encontram distribuídas (os) em todas as mesorregiões de Santa Catarina, de acordo com os dados a seguir:

TABELA 6: NÚMERO DE RESPONDENTES POR MESORREGIÃO DE SANTA CATARINA – CATEGORIA R2

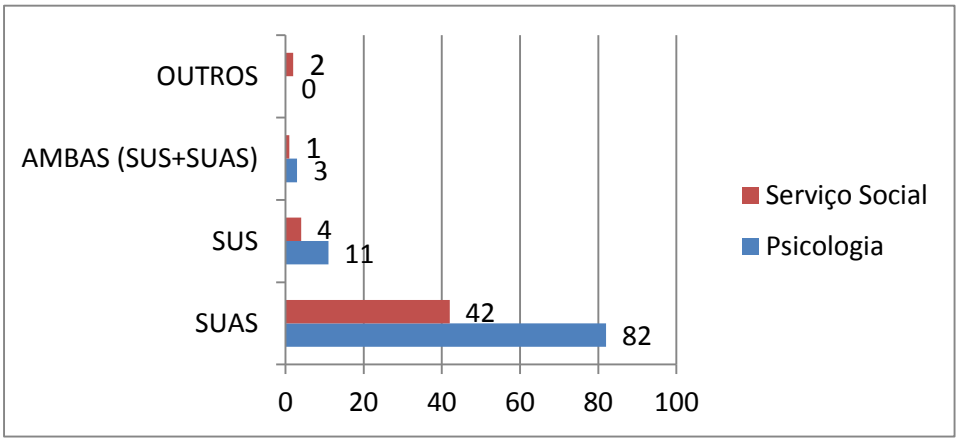
Respondentes	Grande Florianópolis	Serrana	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Vale do Itajaí
Psicólogas (os)	18	8	21	23	2	24
Assistentes Sociais	3	4	5	19	5	13
Total R2	**21**	**12**	**26**	**42**	**7**	**37**

Nota-se que a maior concentração de pesquisados que recebem demandas sobre informações advindas do acompanhamento/atendimento realizado se encontra no Oeste catarinense, com um total de 42 respostas, sendo 23 para psicólogas (os) e 19 para assistentes sociais. Na sequência aparecem as Regiões Vale do Itajaí, Norte Catarinense, Grande Florianópolis, Serrana e por fim Sul Catarinense.

POLÍTICA PÚBLICA

Relativo à política na qual as (os) respondentes realizam seu trabalho, os dados se apresentam da seguinte maneira:

GRÁFICO 6: NÚMERO DE RESPONDENTES, DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS E DO SUAS – CATEGORIA R2



No que se refere à categoria de respondentes R2, nota-se, a partir do gráfico, que 128 profissionais se encontram inseridos no Sistema Único de Assistência Social, sendo 85 psicólogas (os) (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS) e 43 (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS). Considerando o total de respondentes da pesquisa (392 respondentes), as (os) profissionais inseridos nas políticas do SUAS, referentes à categoria R2, correspondem a 21,7% do total pesquisado.

Já os profissionais inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS), há 19 profissionais respondentes nas políticas de saúde sendo 14 psicólogos (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) e cinco assistentes sociais (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS). Considerando o total pesquisado, os profissionais inseridos nas políticas do SUS, referentes à categoria R2, correspondem a 4,8% da categoria R2.

CARACTERIZAÇÃO DO DEMANDANTE

Esta etapa se refere aos demandantes do Sistema de Justiça, elencados entre Comarcas de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia, bem como a média de frequência das solicitações, que poderiam variar entre nenhuma, de 01 a 05, de 06 a 10, de 11 a 15, de 16 a 20 e acima de 20, no intervalo de julho a setembro de 2015. Por não se tratar do fenômeno que busca identificar com maior precisão neste Levantamento, qual seja as solicitações do Sistema de Justiça que extrapolam as competências do público respondente, não foi solicitado a estes profissionais que respondessem de acordo com temáticas específicas, pormenorizadas nas categorias R3 e R4, como verá posteriormente.

A) PSICÓLOGAS (OS)

Os dados relativos à categoria R2 - que se referem a pedidos de informações apenas sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público alvo, concernentes às (aos) psicólogas (os), se apresentam da seguinte maneira:

TABELA 7: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES E DEMANDANTE – CATEGORIA R2

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	35	19	29	70
De 01 a 5	45	58	37	25
De 06 a 10	12	15	16	0
De 11 a 15	1	2	7	1
De 16 a 20	2	0	1	0
Acima de 20	1	2	6	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	61	77	67	26

De acordo com a tabela relativa a psicólogas (os) nesta categoria, a grande maioria dos respondentes registra demanda de todas as possibilidades respondentes, com exceção da Delegacia de Polícia percebida apenas por aproximadamente um quarto dos respondentes.

É possível notar que a maior incidência de demandas à categoria de respondentes R2 advém do Ministério Público, que atinge um total de 77 respondentes, em frequência mensal de 1 a 5 solicitações para 58 respondentes e de 6 a 10 para outros 15. As Comarcas de Justiça e os Conselhos Tutelares seguem com proximidade a incidência de demandas, sendo relevante mencionar que o Conselho Tutelar realiza acima de 20 demandas mensais a um total de seis respondentes e entre 11 a 15 para outros sete.

B) ASSISTENTES SOCIAIS

Já em relação às (aos) assistentes sociais, os dados relativos à categoria R2, com solicitações relativas a informações sobre atendimento/acompanhamemto, se apresentam da seguinte maneira:

TABELA 8: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES E DEMANDANTE – CATEGORIA R2

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	17	11	14	41
De 01 a 5	25	30	14	6
De 06 a 10	3	7	17	2
De 11 a 15	2	0	3	0
De 16 a 20	1	1	0	0
Acima de 20	1	0	1	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	32	38	35	8

De acordo com a tabela relativa, as assistentes sociais na categoria R2, tal qual às (aos) psicólogas (os), na grande maioria dos respondentes registram demandas advindas de todas as entidades aqui já mencionadas. Contudo, há de se destacar que o Minstério Público é responsável por 38 pedidos às assistentes sociais que atenderam de 1 a 5 solicitações, 30 vezes ao mês. Já os Conselhos Tutelares atingem um total de 35 respondentes, e as Comarcas de Justiça são responsáveis por 32 dos respondentes. Todavia, há de se destacar que o número de solicitações do Conselho Tutelar se distribuem de forma mais equilibrada, entre 01 a 05 e 06 a 10, enquanto a Camarca de Justiça se concentra e mantém a frequência de 01 a 05 solicitações mensais.

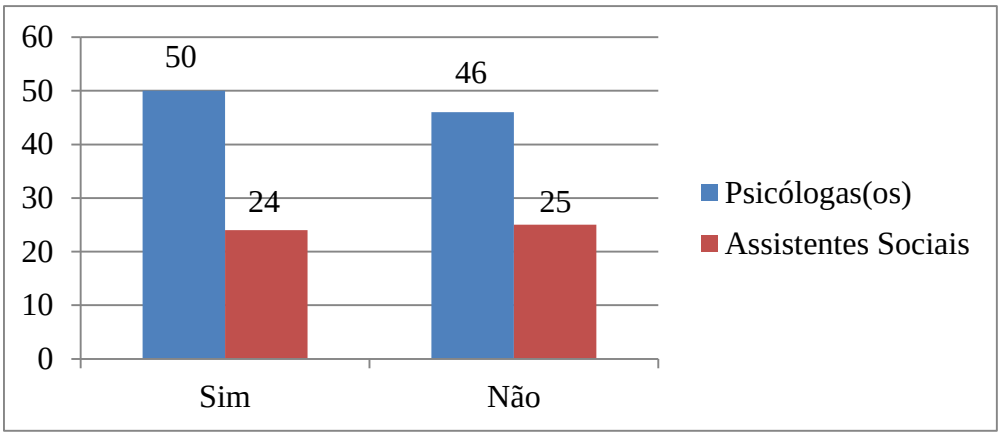
IMPACTOS AO TRABALHO

Tendo em vista que a categoria de respondentes R2 informou não receber demandas relacionadas especificamente ao Sistema de Justiça, mas sim apenas em relação ao atendimento e/ou acompanhamento realizado, a mesma não foi solicitada a responder sobre os impactos que estas demandas teriam em seu trabalho.

DEPOIMENTO E/OU TESTEMUNHO

Em relação à requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer acerca de atendimentos realizados e/ou documentos decorrentes de atendimentos, obteve-se os seguintes dados:

GRÁFICO 7: NÚMERO DE REQUISIÇÕES PARA DEPOR EM JUÍZO E/OU SER TESTEMUNHA, POR PROFISSIONAIS – CATEGORIA R2

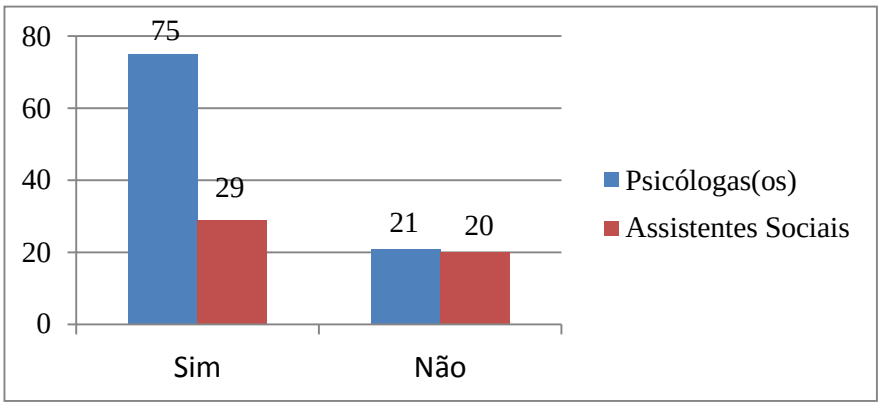


Depreende-se do gráfico que aproximadamente metade dos respondentes, assistentes sociais e psicólogas (os), que recebem demandas apenas relativas ao atendimento e/ou acompanhamento técnico do público atendido, é chamada a depor e/ou ser testemunha.

DÚVIDAS

Embora os pesquisados na Categoria R2 tenham respondido não receber demandas específicas relacionadas ao Sistema de Justiça, os mesmos informaram que há dúvidas referentes a este tipo de demanda. Observe os dados abaixo:

GRÁFICO 8: INCIDÊNCIA DE DÚVIDAS, DE ACORDO COM OS PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R2



A partir do gráfico, é possível verificar que 104 respondentes informaram ter dúvidas em relação ao

Sistema de Justiça, o que corresponde a 72% desta categoria. Dentre estes, 75 são psicólogas (os) e 29 assistentes sociais.

Sobre a definição de temas relacionados a estas dúvidas, obtiveram-se as seguintes respostas:

A) PSICÓLOGAS (OS)

No caso das (os) psicólogas, as dúvidas referentes às solicitações do Sistema de Justiça se apresentaram da seguinte maneira:

TABELA 9: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R2

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar a demanda recebida	55
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	53
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	45
Elaboração de documentos	27
Quais informações podem ser compartilhadas com a equipe	23
Intimação para prestar depoimento como testemunha de usuárias (os) atendidas (os)	2
Quais informações podem ser disponibilizadas em depoimento	2
Sobre a relação entre atender e ser testemunha ("Quem atende é automaticamente testemunha?")	1
Obrigatoriedade na prestação de depoimento	1
Esclarecimento de papéis (técnico/testemunha)	1
Solicitação de serviços ou intervenções fora do arcabouço oferecido pela política do SUAS	1

Nota-se que, para as (os) psicólogas (os), a maior parte das dúvidas relacionadas às demandas do Sistema de Justiça diz respeito à elaboração de documentos, haja vista a soma das dúvidas sobre a elaboração de documentos junto a outros profissionais (45 respostas) e as dúvidas sobre os documentos elaborados apenas pela (o) profissional (27 respostas) da psicologia. Verifica-se, ainda, um grande contingente de dúvidas a respeito das situações em que as demandas podem ser questionadas, com um total de 55 respostas, bem como de quais informações podem ser disponibilizadas a justiça, com 53 respostas.

Interessante notar que, embora as (os) profissionais tenham o entendimento de que as demandas recebidas fazem parte daquilo que compete às suas atividades no serviço público, existem muitas dúvidas sobre o acolhimento da demanda, sobre quais informações podem ser disponibilizadas, como elaborá-los e que documentos podem ser encaminhados à Justiça.

B) ASSISTENTES SOCIAIS

Em relação aos assistentes sociais, obtiveram-se os dados a seguir:

TABELA 10: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R2

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar a demanda recebida	25
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	22
Quais informações podem ser compartilhadas com a equipe	14
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	13
Elaboração de documentos	12
Intimação para prestar depoimento como testemunha de usuárias (os) atendidas (os)	1
Esclarecimentos gerais sobre o tipo de serviço a ser prestado	1
Elaboração de estudo psicossocial	1

Verifica-se que, de forma similar às (aos) profissionais da psicologia, o maior contingente de dúvidas se refere à possibilidade de questionar a demanda recebida do Sistema de Justiça, com um total de 25 respostas. E ainda, a elaboração de documentos se apresenta como uma fonte de dúvidas em igual número, somando-se as dúvidas referentes à elaboração conjunta (13 respostas) e aquelas realizadas apenas pelas (os) profissionais (12 respostas) de serviço social.

Entende-se que cabe à (ao) profissional da política pública o acolhimento da demanda, a avaliação situacional, bem como o acompanhamento, conforme o que estabelece a Política e respeitando o projeto de trabalho e a autonomia profissional na atenção ao indivíduo/família/coletivo, bem como o

encaminhando para outros pontos da Rede de Atendimento quando for pertinente a este serviço/Programa.

PENALIDADES

No que se refere às penalidades sofridas em decorrência do descumprimento às demandas do Sistema de Justiça, a categoria R2 não foi solicitada a responder esta questão, uma vez que recebem demandas apenas relativas a informações sobre o atendimento e/ou acompanhamento técnico de seu público alvo.

5.2.3. CATEGORIA R3 – Recebem demandas apenas relativas ao Sistema de Justiça

A categoria de respondente 3 se caracteriza por receber demandas específicas do Sistema de Justiça, ou seja, responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório que diga respeito apenas a este Sistema, configurando como ações de cunho pericial, de inquirição, administração e gestão de penas alternativas.

Nesta categoria, obteve-se um total de 21 profissionais respondentes, organizados da seguinte maneira:

TABELA 11: QUANTIDADE E PERCENTUAL RELATIVO DE PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R3

Profissionais	Quantidade	Percentual Relativo
Assistentes Sociais	5	3,9%
Psicólogas (os)	16	6,1%
Total R3	**21**	**5,4%**

De acordo com a tabela 11, é possível constatar que, dos 21 profissionais respondentes, 16 são psicólogas (os) e 5 são assistentes sociais. A partir desta identificação observa-se que dos 392 profissionais respondentes é possível afirmar que 5,4% pertencem à categoria R3. Pois, tratam de questões demandadas exclusivamente do Sistema de Justiça.

MESORREGIÃO

No que diz respeito às mesorregiões de Santa Catarina, os respondentes desta categoria se encontram distribuídos da seguinte maneira:

TABELA 12: NÚMERO DE RESPONDENTES POR MESORREGIÃO DE SANTA CATARINA – CATEGORIA R3

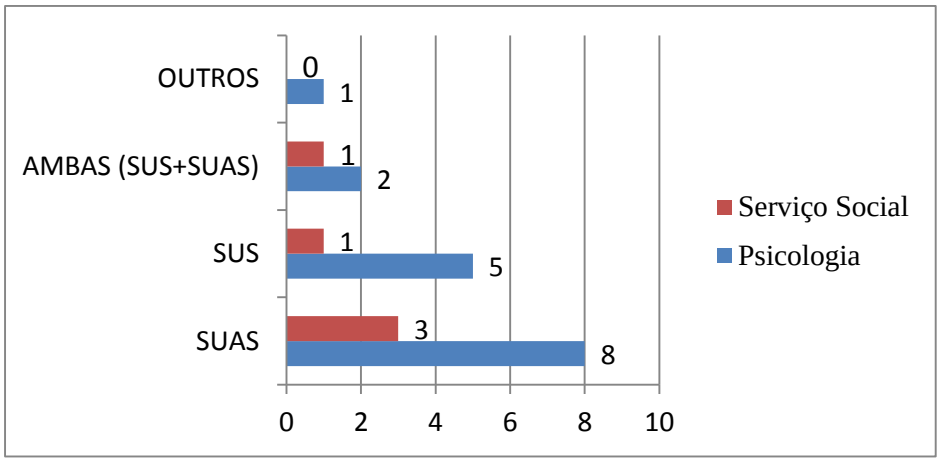
Respondente	Grande Florianópolis	Serrana	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Vale do Itajaí
Psicólogas (os)	2	3	4	3	1	3
Assistentes Sociais	1	1	0	2	1	0
Total R3	**3**	**4**	**4**	**5**	**2**	**3**
Total Pesquisado	**55**	**38**	**62**	**116**	**33**	**88**

Nota-se relativa distribuição de respondentes em todas as regiões, indicando a ocorrência dessa realidade no estado, ainda que baixa se comparada às outras formas que as demandas do Sistema de Justiça chegam às políticas públicas.

POLÍTICA PÚBLICA

No que se refere à política na qual as (os) respondentes realizam seu trabalho, os dados se apresentam da seguinte maneira:

GRÁFICO 9: NÚMERO DE RESPONDENTES, DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS E DO SUAS – CATEGORIA R3



No que se refere à categoria de respondentes R3, nota-se, a partir do gráfico, que 14 profissionais se encontram na política do SUAS, sendo 10 psicólogas (os) (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS) e 4 assistentes sociais (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS). Considerando o número de respondentes da pesquisa (392 respondentes), as (os) profissionais da categoria R3 que atuam em políticas do SUAS, coorespondem a 3,6% do total pesquisado.

E ainda, há nove profissionais respondentes nas políticas de saúde, sendo sete psicólogos (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) e dois assistentes sociais (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS). Considerando o número de número de respondentes da pesquisa, as (os) profissionais da categoria R3 que atuam nas políticas de saúde correspondem a 2,3% do total pesquisado.

CARACTERIZAÇÃO DO DEMANDANTE

Esta etapa se refere aos demandantes do Sistema de Justiça, elencados entre Comarcas de Justiça, Ministério Público, Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia, dentre temáticas específicas, a saber: investigação de crimes envolvendo situações de violência, de abuso e/ou agressões; avaliação para disputa de guarda e/ou sobre alienação parental; avaliação e/ou acompanhamento de pedidos de adoção; avaliação e/ou acompanhamento de pedidos de tutela; avaliação e/ou acompanhamento de pedidos de curatela; avaliação e/ou acompanhamento para decisões envolvendo suspensão e/ou destituição do poder familiar; pedidos do Sistema de Justiça para atendimento compulsório (obrigatório) com objetivo e/ou prazo estabelecido. Dentre os dados anteriormente elencados, os profissionais respondentes foram solicitados (as) a informar a frequência das solicitações mensais, que poderiam variar entre nenhuma, de 01 a 05, de 06 a 10, de 11 a 15, de 16 a 20 e acima de 20.

Neste sentido, aqueles que recebem demandas do Sistema de Justiça apenas para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório, relacionados especificamente ao Sistema de Justiça, informaram os dados apresentados a seguir:

TABELA 13: TEMA E PERCENTUAL DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTE - CATEGORIA R3

TEMA	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Crimes	**43,8%**	**50,0%**	**56,3%**	**25,0%**
Guarda e alienação	**31,3%**	**25,0%**	**25,0%**	**6,3%**
Adoção	**18,8%**	**12,5%**	**0,0%**	**0,0%**
Tutela	**31,3%**	**12,5%**	**12,5%**	**6,3%**
Curatela	**0,0%**	**6,3%**	**0,0%**	**0,0%**
Poder Familiar	**31,3%**	**31,3%**	**18,8%**	**0,0%**
Atendimento Compulsório	**43,8%**	**56,3%**	**37,5%**	**12,5%**

De acordo com a tabela, é possível notar que, no que se refere a crimes, a maior incidência de demandas é do Conselho Tutelar, atingindo 56,3% do total de psicólogas (os) nesta categoria; no que se refere à guarda e alienação parental, adoção e tutela, a maior incidência de demandas advém das Comarcas de Justiça, atingindo 31,3%, 18,8% e 31,3% de tais profissionais, respectivamente.

Em relação à curatela, as solicitações advêm apenas do Ministério Público. No que se refere a poder familiar, a maior parte das demandas são das Comarcas de Justiça e do Ministério Público, incidindo sobre 31,3% das (os) profissionais de psicologia R3, não havendo demandas da Delegacia de Polícia. E, ainda, em relação à solicitação de atendimento compulsório, a maior parte das demandas advém do Ministério Público (56,3% do total). Isso nos indica que as Comarcas de Justiça representam a maior demandante nos casos de atendimentos relacionados especificamente ao Sistema de Justiça.

A fim de ampliar o entendimento a respeito das solicitações, será apresentada a quantidade de psicólogas (os) respondentes, no que se refere a cada temática, a partir dos demandantes. Seguem-se os dados:

TABELA 14: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTE, RELATIVAS A CRIMES – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	9	8	7	12
De 01 a 5	6	7	8	4
De 06 a 10	1	1	0	0
De 11 a 15	0	0	1	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	7	8	9	4

Verifica-se que, em relação a demandas relativas à investigação de crimes, a demanda que apresenta maior contingente de profissionais se refere ao Conselho Tutelar, com um total de nove respondentes. E ainda, o demandante com menor número de solicitações se refere à Delegacia de Polícia.

TABELA 15: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTE, RELATIVAS À DISPUTA DE GUARDA E/OU ALIENAÇÃO PARENTAL – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	11	12	12	15
De 01 a 5	4	3	3	1
De 06 a 10	1	1	1	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	5	4	4	1

No que se refere a pedidos de guarda e/ou alienação parental, as Comarcas de Justiça representam o demandante que alcança maior número de profissionais, com um total de cinco respondentes. Ademais a Delegacia de Polícia continua o demandante com a menor quantidade de solicitações.

TABELA 16: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS A PEDIDOS DE ADOÇÃO – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	13	14	16	16
De 01 a 5	3	2	0	0
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	3	2	0	0

Em relação às avaliações e /ou acompanhamentos relativos aos pedidos de adoção, o maior demandante é a Comarca de Justiça, com um total de três respondentes. Vale dizer que, para esta temática, em relação às (os) psicólogas (os), o Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia não apresentaram demandas.

TABELA 17: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS A PEDIDOS DE TUTELA – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	11	14	14	15
De 01 a 5	5	2	2	1
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	5	2	2	1

No que se refere às avaliações e /ou acompanhamentos relativos aos pedidos de tutela, as Comarcas de Justiça se apresentam como o maior demandante, com um total de cinco psicólogas (os) respondentes. Nota-se que todos os demandantes apresentam solicitações que variam de 01 a 5 solicitações mensais, não ultrapassando este limiar.

TABELA 18: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS A PEDIDOS DE CURATELA – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	16	15	16	16
De 01 a 5	0	1	0	0
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	0	1	0	0

A partir da tabela, nota-se que, em relação às avaliações e/ou acompanhamentos relativos aos pedidos de curatela, existe apenas um profissional respondente, em que a demanda advém do Ministério Público. Para os demais requerentes, não foram informadas demandas.

TABELA 19: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS À SUSPENSÃO E/OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	11	11	13	16
De 01 a 5	4	4	3	0
De 06 a 10	1	1	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	5	5	3	0

Quanto às demandas relativas à suspensão e/ou destituição do poder familiar, verifica-se que as Comarcas de Justiça e o Ministério Público apresentam o maior número de demandas e, ainda, atingem o maior número de profissionais, com um total de três respondentes cada. Nota-se, ainda, que a Delegacia de Polícia não apresenta demandas nesta temática.

TABELA 20: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS À ATENDIMENTO COMPULSÓRIO – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	9	7	10	14
De 01 a 5	6	7	4	2
De 06 a 10	1	2	1	0
De 11 a 15	0	0	1	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	7	9	6	2

No que se refere à solicitação de atendimento compulsório, o Ministério Público representa o maior demandante, com um total de nove profissionais respondentes. Para esta temática, todos os solicitantes avaliados apresentam demandas.

B) ASSISTENTES SOCIAIS

Em relação às (aos) assistentes sociais, as percentagens relativas à categoria R3, de acordo com os requerentes e as temáticas, se apresentam da seguinte maneira:

TABELA 21: TEMA E PERCENTUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES POR DEMANDANTE - CATEGORIA R3

TEMA	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Crimes	**20,0%**	**20,0%**	**60,0%**	**0,0%**
Guarda e alienação	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Adoção	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Tutela	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Curatela	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Poder Familiar	**0,0%**	**0,0%**	**20,0%**	**0,0%**
Atendimento Compulsório	**60,0%**	**80,0%**	**20,0%**	**0,0%**

Depreende-se da tabela que, para as (os) assistentes sociais, a maior parte das demandas recebidas, no que se refere a crimes, advém do Conselho Tutelar, atingindo 60% do total de assistentes sociais respondentes nesta categoria, seguido por ordem de incidência, igualmente com 20%, as Comarcas de Justiça e Ministério Público.

No que se refere à guarda e alienação, adoção e curatela, não há demandas para as (os) assistentes sociais. Já em relação a Poder familiar, as demandas são realizadas apenas pelo Conselho Tutelar, relativas a 20% do total dos assistentes sociais na categoria R3. Contudo, notadamente se constata que ganham destaque os pedidos de atendimentos compulsórios advindos do Ministério Público, onde atingem 80% das demandas recebidas pelas assistentes sociais.

Vale ressaltar os dados advindos por meio do questionário, para a categoria R3, no que se refere aos temas: guarda e alienação parental, adoção, tutela e curatela não correspondem à realidade de atendimentos realizados no CRESS - 12ª Região. Considera-se que o baixo índice de respondentes para esta categoria tenha ocasionado impactos no resultado demonstrado.

Com o objetivo de ampliar o entendimento quanto às solicitações, será apresentada a quantidade de respondentes, no que se refere às temáticas dentre as quais se obtiveram demandas – crimes, suspensão e/ou destituição do poder familiar e atendimento compulsório. Seguem-se os dados:

TABELA 22: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES POR DEMANDANTES RELATIVAS A CRIMES – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	4	4	2	5
De 01 a 5	1	1	3	0
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	1	1	3	0

No que tange às solicitações relativas à investigação de crimes, o Conselho Tutelar se apresenta como o maior demandante, com um total de três profissionais respondentes. Por ordem de incidências seguem as Comarcas de Justiça e Ministério Público. Cabe ainda registrar que o Conselho Tutelar, Comarcas de Justiça e Ministério igualmente apresentam frequência de 01 a 05 solicitações mensais às assistentes sociais. Já a Delegacia de Polícia não apresenta demandas desta natureza.

TABELA 23: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES POR DEMANDANTE, RELATIVAS À SUSPENSÃO E/OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR – CATEGORIA R3

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	5	5	4	5
De 01 a 5	0	0	1	0
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	0	0	1	0

Em relação às solicitações referentes à suspensão e/ou destituição do poder familiar, o Conselho Tutelar se apresenta como o único demandante, com um total de um profissional respondente, que recebe de 01 a 5 demandas mensais.

TABELA 24: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES POR DEMANDANTES, RELATIVAS À ATENDIMENTO COMPULSÓRIO – CATEGORIA R3

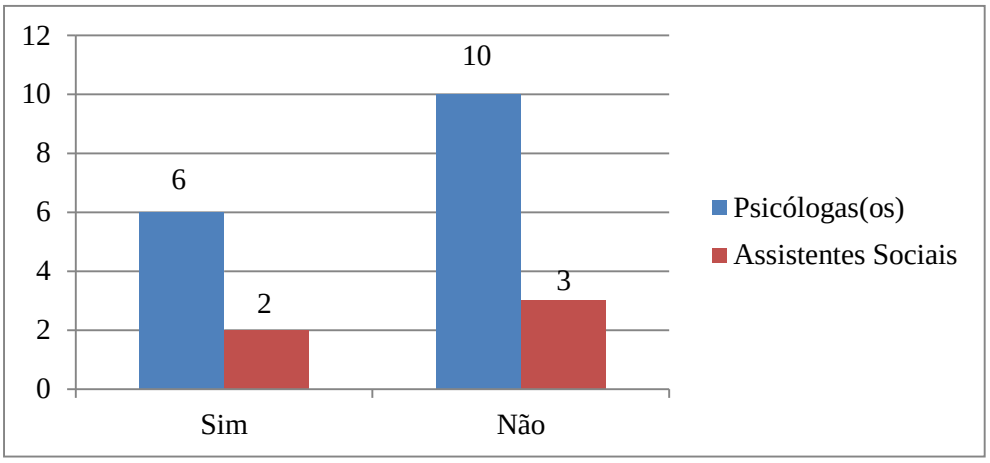
Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	2	1	4	5
De 01 a 5	3	4	1	0
De 06 a 10	0	0	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	3	4	1	0

Quanto às solicitações emanadas para atendimento compulsório, o Ministério Público se apresenta como o maior demandante, atingindo um total de quatro respondentes. Seguindo a ordem de incidências, seguem as Comarcas de Justiça e Conselho Tutelar. Cabe ainda registrar que tanto o Ministério Público, quanto as Comarcas de Justiça e o Conselho Tutelar, igualmente apresentam frequência de 01 a 05 solicitações mensais às assistentes sociais. Já a Delegacia de Polícia não apresenta demandas nesta temática.

DEPOIMENTO E/OU TESTEMUNHO

Em relação à requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer acerca de atendimentos realizados e/ou documentos decorrentes de atendimentos, obteve-se os seguintes dados:

GRÁFICO 10: NÚMERO DE REQUISIÇÕES PARA DEPOR EM JUÍZO E/OU SER TESTEMUNHA, POR PROFISSIONAIS - CATEGORIA R3



De acordo com o gráfico, em relação às (aos) respondentes que recebem especificamente demandas do Sistema de Justiça, é maior o número de profissionais que não recebem requisições para depor em juízo e/ou ser testemunha, com um total de dez psicólogas (os) e três assistentes sociais. Contudo, há de se destacar que considerando o número de respondentes, ou seja, 16 profissionais o percentual relativo é de 38% para os psicólogos e de 40% para as assistentes sociais demandados para depor em juízo e/ou ser testemunha.

PENALIDADES

Em relação às penalidades sofridas em decorrência do descumprimento às demandas do Sistema de Justiça, 100% dos respondentes na categoria R3 informaram não sofrer penalidades.

IMPACTOS AO TRABALHO

Em relação aos impactos das demandas do Sistema de Justiça nos objetivos do trabalho, obtiveram-se os seguintes dados:

TABELA 25: ESPECIFICAÇÃO DOS IMPACTOS, DE ACORDO COM AS (OS) PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R3

Impactos	Quantidade de Respostas
Confusão das atribuições profissionais	10
Interferência nas demandas do Serviço	10
Não adesão ao atendimento/acompanhamento	10
Interrupção por parte do (a) usuário (a)	10
Quebra de vínculos com o público atendido	8
Adoecimento físico e/ou psicológico da (o) profissional	7
Conflitos com a gestão do Serviço e/ou demais profissionais	6
Ameaças dos (as) usuários (as)	3
Deixar de executar demandas do Serviço Público	1

A partir da tabela, é possível verificar que os impactos informados pelas (os) psicólogas (os) se referem primordialmente à confusão de atribuições profissionais e consequências ao Serviço Público, em decorrência das demandas recebidas. Nota-se que o atendimento/acompanhamento é prejudicado, assim como a saúde mental da (o) profissional que busca atender a solicitações que denunciam falhas estruturais no Sistema Judiciário.

TABELA 26: ESPECIFICAÇÃO DOS IMPACTOS, DE ACORDO COM AS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R3

Impactos	Quantidade de Respostas
Interferência nas demandas do Serviço	3
Não adesão ao atendimento/acompanhamento	3
Confusão das atribuições profissionais	2
Adoecimento físico e/ou psicológico da (o) profissional	2
Conflitos com a gestão do Serviço e/ou demais profissionais	2
Quebra de vínculos com o público atendido	1
Ameaças dos (as) usuários (as)	1

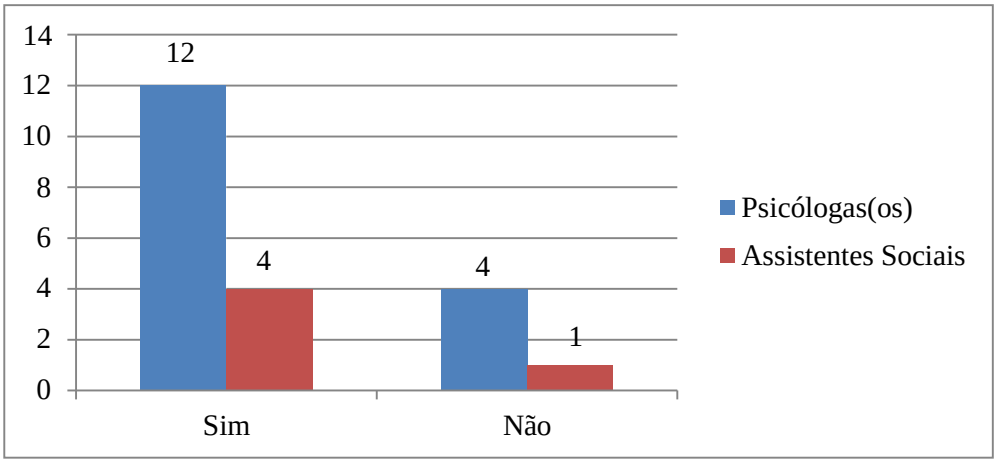
Em relação aos impactos informados pelas (os) assistentes sociais, nota-se que a maior parte destes

diz respeito ao trabalho realizado no Serviço Público e a relação mantida com os (as) usuários (as) do Serviço. Nota-se, ainda, o adoecimento físico e/ou psicológico decorrente da realidade que se faz presente, o que incide sobre as (os) profissionais, os (as) usuários (as) e o Serviço Público de uma forma geral.

DÚVIDAS

Em relação à incidência de dúvidas sobre as demandas relacionadas especificamente ao Sistema de Justiça (responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório), têm-se os seguintes dados:

GRÁFICO 11: INCIDÊNCIA DE DÚVIDAS, DE ACORDO COM OS PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R3



A partir do gráfico é possível verificar que, dos 21 respondentes à categoria R3, um total de 16 respondentes informaram ter dúvidas sobre as demandas do Sistema de Justiça. Esse total indica que, nesta categoria, 76% dos respondentes têm dúvidas sobre as demandas que recebem. Ademais, nota-se que, em dados brutos, existe maior quantidade de psicólogas (os) com dúvidas, mas quando se toma por base a quantidade de assistentes sociais respondentes para a categoria R3, estes representam o maior contingente de dúvidas.

Sobre a definição de temas relacionados a estas dúvidas, obtiveram-se as seguintes respostas:

TABELA 27: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R3

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar a demanda recebida	12
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	9
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	6
Elaboração de documentos	5
Quais informações podem ser compartilhadas com a equipe	4
Sobre as atribuições dos setores	1

Nota-se que, para as (os) psicólogas (os), a maior parte das dúvidas referentes às demandas do Sistema de Justiça diz respeito à possibilidade de questionar as demandas advindas do Sistema de Justiça (12 respostas), seguido das informações a serem disponibilizadas à Justiça (nove respostas). Verifica-se, ainda, que a elaboração de documentos representa um grande contingente de dúvidas, seja em conjunto com outros profissionais (seis respostas), seja apenas pela (o) profissional (cinco respostas).

Já em relação aos assistentes sociais, obtiveram-se os dados a seguir:

TABELA 28: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R3

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar a demanda recebida	4
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	3
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	1
Elaboração de documentos	1

A partir da tabela, depreende-se que existe maior incidência de dúvidas no que se refere à possibilidade de questionar as demandas do Sistema de Justiça, com quatro respostas; e com três respostas dúvidas quanto ao tipo de informações a serem disponibilizadas. Por último, porém não menos importantes, aparecem dúvidas quanto à elaboração de documentos, inclusive em conjunto com outros profissionais do serviço.

5.2.4. CATEGORIA R4 – Recebem demandas relativas a seu público alvo e ao Sistema de Justiça

A categoria de respondentes R4 se caracteriza por receber demandas relativas tanto a informações sobre o atendimento e/ou acompanhamento técnico de seu público atendido quanto demandas para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) especificamente ao Sistema de Justiça. Nesta categoria, obteve-se um total de 199 profissionais respondentes, organizados da seguinte maneira:

TABELA 29: PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R4

Profissionais	Responde	Percentual Relativo
Assistentes Sociais	66	51,6%
Psicólogas (os)	133	50,4%
Total R4	**199**	**50,8%**

Segundo a tabela acima, do total de 199 respondentes a categoria R4, é representada por 66 assistentes sociais e 133 psicólogas (os). Em relação aos 392 respondentes da pesquisa, nota-se, ainda, que 50,8% destes se caracterizam por receber demandas relativas a informações sobre seu trabalho nas políticas de Saúde e Assistência Social, dentre outras, e a demandas específicas do Sistema de Justiça.

MESORREGIÃO

As (os) respondentes se encontram distribuídas (os) em todas as mesorregiões de Santa Catarina, segundo os dados abaixo:

TABELA 30: NÚMERO DE RESPONDENTES POR MESORREGIÃO DE SANTA CATARINA – CATEGORIA R4

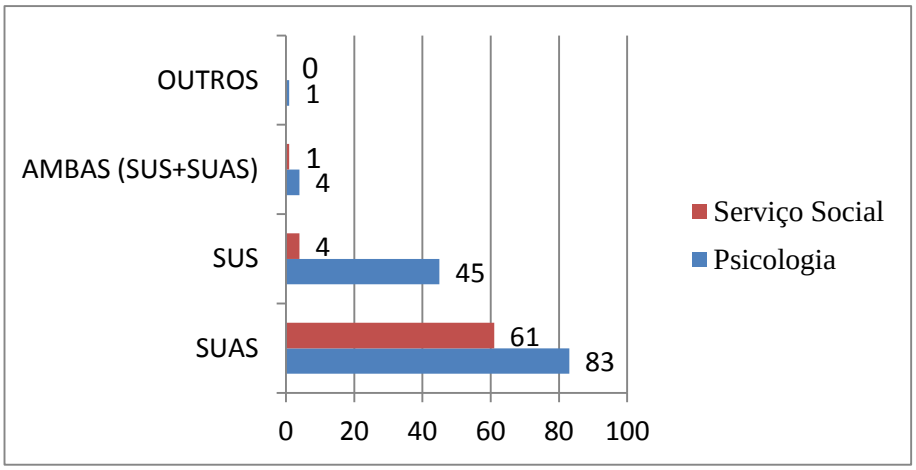
Respondente	Grande Florianópolis	Serrana	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Vale do Itajaí
Psicólogas (os)	20	14	17	39	14	29
Assistentes Sociais	9	5	8	25	6	13
Total R4	**29**	**19**	**25**	**64**	**20**	**42**
Total Pesquisado	**55**	**38**	**62**	**116**	**33**	**88**

Nota-se que a maior concentração de respondentes se encontra no Oeste Catarinense, com um total de 64 respostas, sendo 39 psicólogas (os) e 25 assistentes sociais. Na sequência, seguindo-se a ordem de incidência, aparecem o Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Sul Catarinense e Região Serrana.

POLÍTICA PÚBLICA

Em relação à política na qual as (os) respondentes realizam seu trabalho, os dados se apresentam da seguinte maneira (vide página posterior):

GRÁFICO 12: NÚMERO DE RESPONDENTES, DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS E DO SUAS – CATEGORIA R4



No que se refere à categoria de respondentes R4, nota-se, a partir do gráfico, que 149 profissionais se encontram inseridos no SUAS, sendo 87 psicólogas (os) (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUS) e 62 assistentes sociais (contemplando a lotação exclusiva

nesta política e a simultânea com a do SUS). Considerando o número de respondentes da pesquisa (392 respondentes), as (os) profissionais que estão inseridos nas políticas de assistência social correspondem a 38% do total pesquisado.

Já os respondentes inseridos nas políticas de saúde totalizam 54 profissionais, sendo 49 psicólogas (os) por (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) e cinco assistentes sociais por (contemplando a lotação exclusiva nesta política e a simultânea com a do SUAS) Considerando o número de respondentes da pesquisa, tais profissionais corespondem a 13,7% do total pesquisado.

CARACTERIZAÇÃO DO DEMANDANTE

Esta etapa se refere aos demandantes do Sistema de Justiça, elencados entre Comarcas de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia, bem como a média de frequência das solicitações mensais, que poderiam variar entre nenhuma, de 01 a 05, de 06 a 10, de 11 a 15, de 16 a 20 e acima de 20.

Nesta etapa da pesquisa, os respondentes R4 foram solicitados a responder sobre as demandas relativas tanto a informações sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público atendido, quanto para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado (s) especificamente ao Sistema de Justiça. As questões foram classificadas, respectivamente, em Serviço Público e Sistema de Justiça, descritas a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO

As demandas relativas à categoria R4 que se referem apenas a informações sobre o acompanhamento/atendimento técnico de seu público alvo.

A) PSICÓLOGAS (OS)

Para as (os) profissionais da psicologia os dados referentes à R4, concernentes ao serviço público, se apresentam da seguinte maneira:

TABELA 31: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTE - CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	25	7	21	79
De 01 a 5	80	96	62	50
De 06 a 10	20	23	31	2
De 11 a 15	4	2	9	0
De 16 a 20	3	4	4	0
Acima de 20	1	1	6	2
Total de Respondentes (menos nenhuma)	108	126	112	54

De acordo com a tabela, é possível notar que a maior incidência de solicitações relativas apenas a informações sobre atendimento/acompanhamento advém do Ministério Público, com um total de 126 respondentes, seguidas pelo Conselho Tutelar (112) e Comarcas de Justiça (108), na frequência mais percebida de 1 a 5 e 6 a 10). Vale dizer que o Conselho Tutelar registra incidência significativa nas faixas mais altas de frequência mensal, atingindo seis respondentes com uma quantidade superior a 20 demandas. A menor quantidade e frequência de demandas é proveniente da Delegacia de Polícia, sendo percebida por 50 respondentes na faixa de 1 a 5 demandas ao mês.

B) ASSISTENTE SOCIAIS

Em relação às (aos) assistentes sociais, os dados relativos à categoria R4, no que diz respeito ao serviço público, se apresentam de seguinte maneira:

TABELA 32: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTE - CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	11	2	7	28
De 01 a 5	35	46	37	35
De 06 a 10	6	6	12	2
De 11 a 15	6	4	2	1
De 16 a 20	4	2	2	0
Acima de 20	4	6	6	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	55	64	59	38

A partir da tabela, verifica-se que a maior quantidade de respondentes indica o Ministério Público como demandante no caso da solicitação de informações sobre atendimento/acompanhamento do público alvo, com um total de 64 respondentes. Na sequência, por ordem de incidência, seguem o Conselho Tutelar com 59, Comarcas de Justiça com 55 e Delegacia de Polícia 38 respondentes. Notadamente observa-se que 46 assistentes sociais receberam do Ministério Público uma demanda de frequência mensal de 01 a 05 solicitações. Já as Comarcas de Justiça e a Delegacia de Polícia, igualmente demandaram a 35 assistentes sociais a mesma frequência, ou seja, de 01 a 05 solicitações ao mês. Já o Conselho Tutelar foi responsável por uma frequência mensal de solicitações acima de 20 para 6 assistentes sociais, bem como, também foi responsável por 01 a 05 solicitações mensais para 37 assistentes sociais.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Esta etapa se refere aos requerentes do Sistema de Justiça em demandas que extrapolam as atribuições dos profissionais pesquisados, dentre temáticas específicas, a saber: crimes envolvendo situações de violência, abuso e/ou agressões; guarda e/ou alienação parental; adoção; curatela; suspensão e/ou destituição do poder familiar; atendimento compulsório. Somado aos dados anteriormente elencados, a categoria foi solicitada a informar a frequência das solicitações mensais.

A) PSICÓLOGAS (OS)

As (os) psicólogas (os) que recebem demandas do Sistema de Justiça apenas para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório, relacionados especificamente ao Sistema de Justiça, informaram os seguintes dados:

TABELA 33: TEMA E PERCENTUAL DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES POR DEMANDANTE - CATEGORIA R4

Tema	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Crimes	52,6%	66,2%	60,2%	32,3%
Guarda e alienação	42,9%	41,4%	38,3%	6,8%
Adoção	30,1%	16,5%	6,8%	1,5%
Tutela	27,8%	27,8%	12,0%	0,8%
Curatela	18,8%	24,8%	4,5%	3,0%
Poder Familiar	48,9%	51,1%	27,8%	3,0%
Atendimento Compulsório	68,4%	78,2%	41,4%	11,3%

De acordo com a tabela acima, é possível notar que as temáticas mais percebidas pelas (os) psicólogas(os) respondentes são: o atendimento compulsório, por demanda do Ministério Público (percebida por 78,2% dos respondentes da categoria) e das Comarcas de Justiça (68,4%); a produção de materialidade para a apuração de crimes, sob demanda do Ministério Público (66,2%) e dos Conselhos Tutelares (60,2%); da apuração de informações para decisões envolvendo o Poder Familiar, requeridas pelo Ministério Público (51,1%) e pelas Comarcas de Justiça (48,9%) e; referentes a litígios sobre a guarda de crianças e adolescentes ou alienação parental, solicitadas pelas Comarcas de Justiça (42,9%) e Ministério Público (41,4%).

É interessante notar que na temática adoção, as solicitações não advém apenas das Comarcas de Justiça, identificadas por 30,1% destas (es) psicólogas(os), registra-se ainda solicitação do Ministério Público (16,5%) e de Conselhos Tutelares (6,8%). No caso da tutela, Comarcas da Justiça e Ministério Público apresentam maior quantidade de demandas, atingindo 27,8% do total de

respondentes. Vale dizer que a Delegacia de Polícia representa o menor demandante em todas as temáticas, sendo implicada a investigação de crimes por 32,3% das (os) psicólogas(os) desta Categoria.

A fim de ampliar o entendimento a respeito das solicitações recebidas por psicólogas (os), será apresentada a quantidade de profissionais que recebem solicitações, em relação às temáticas acima elencadas, a partir dos demandantes. Seguem-se os dados:

TABELA 34: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES, POR DEMANDANTE RELATIVAS A CRIMES – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	63	45	53	90
De 01 a 5	64	79	60	40
De 06 a 10	5	8	17	1
De 11 a 15	1	1	3	2
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	70	88	80	43

A partir da tabela, nota-se que o Ministério Público se apresenta como o maior demandante no que se refere a informações relativas a crimes, atingindo um total de 88 psicólogas (os) respondentes, seguido pelo Conselho Tutelar (80) e Comarcas de Justiça (70).

E ainda, no que concerne à quantidade de demandas, a faixa com maior número de respostas se refere a 1 a 5 mensais, havendo incidência na faixa de 11 a 15 de todos os requerentes. Denota-se que o transborde das demandas investigativas de crimes do Sistema de Justiça para as (aos) psicólogas(os) lotadas(os) nos Programas e/ou Serviços públicos pesquisados são frequentes e volumosos.

TABELA 35: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS À DISPUTA DE GUARDA E/OU ALIENAÇÃO PARENTAL – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	76	78	82	124
De 01 a 5	53	52	43	8
De 06 a 10	4	3	8	1
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	57	55	51	9

No que diz respeito à disputa de guarda e/ou alienação parental, observa-se que mais de um terço das (os) psicólogas(os) da categoria R4 recebem solicitações das Comarcas de Justiça (57 psicólogas(os), do Ministério Público (55) e de Conselhos Tutelares (51). Embora a faixa de 1 a 5 solicitações ao mês seja a mais apontada, registra-se incidência na faixa seguinte, de 6 a 10, em especial do Conselho Tutelar.

TABELA 36: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE ADOÇÃO – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	93	111	124	131
De 01 a 5	37	20	8	2
De 06 a 10	2	1	1	0
De 11 a 15	1	1	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	40	22	9	2

No que se refere às demandas relacionadas a pedidos de adoção, as Comarcas de Justiça atingem um total de 40 respondentes com suas demandas, seguidas pelo Ministério Público. A faixa de maior incidência é de 1 a 5 solicitações mensais. Destaca-se a existência de solicitações com o mesmo intuito recebidas de Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia.

TABELA 37: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE TUTELA – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	96	96	117	132
De 01 a 5	37	36	16	1
De 06 a 10	0	1	0	0
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	37	37	16	1

Em relação aos pedidos de tutela, nota-se que as Comarcar de Justiça e o Ministério Público atingem o maior número de profissionais, com um total de 37 respondentes cada. Verifica-se que a Delegacia de Polícia se apresenta como o menor demandante.

TABELA 38: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES , POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE CURATELA – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	108	100	127	129
De 01 a 5	25	32	6	3
De 06 a 10	0	1	0	1
De 11 a 15	0	0	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	25	33	6	4

De acordo com a tabela, no que toca aos pedidos de curatela, o Ministério Público se apresenta como o maior demandante, com um total de 33 respondentes. Ademais, quando se trata de quantidades que variam de 06 a 10 demandas mensais, o Ministério Público e a Delegacia de Polícia se destacam.

TABELA 39: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES. POR DEMANDANTES RELATIVAS À SUSPENSÃO E/OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	68	65	96	129
De 01 a 5	56	61	34	4
De 06 a 10	6	5	3	0
De 11 a 15	3	2	0	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	65	68	37	4

No que diz respeito à suspensão e/ou destituição do poder familiar, o Ministério Público e as Comarcas de Justiça atingem o maior número de profissionais, 68 e 65 respectivamente. Destaca-se maior incidência na frequência de 1 a 5 solicitações mensais, incluindo do Conselho Tutelar (34 respostas), embora existam registros na segunda faixa, 6 a 10, e terceira faixa, 11 a 15 (com exceção da Delegacia de Polícia).

TABELA 40: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE PSICÓLOGAS (OS) RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS À ATENDIMENTO COMPULSÓRIO – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	42	29	78	118
De 01 a 5	65	81	45	14
De 06 a 10	15	14	8	0
De 11 a 15	11	9	2	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	91	104	55	15

No que se refere ao atendimento compulsório, o Ministério Público continua atingindo o maior número de respondentes, com um total de 104 e, junto às Comarcas de Justiça, apresenta a maior quantidade de demandas. Além disso, o Conselho Tutelar apresenta números significativos na quantidade de demandas, atingindo faixas de 01 a 15 demandas mensais, e de respondentes, com um total de 55.

Interessante notar que o Conselho Tutelar se apresenta com uma alta frequência de demandas nos casos de investigação de crimes e disputa de guarda e/ou alienação parental, enquanto apresenta uma baixa frequência, em comparação com os demais requerentes, no que se refere à adoção, tutela, curatela, suspensão e/ou destituição o poder familiar e atendimento compulsório. Assim como já foi dito anteriormente, as Delegacias de Polícia são as que apresentam a menor demanda, embora a que se apresenta não possa ser desconsiderada.

B) ASSISTENTES SOCIAIS

No que se refere aos assistentes sociais, segue o percentual de profissionais que recebem demandas do Sistema de Justiça apenas para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório, relacionados especificamente ao Sistema de Justiça, dentre as temáticas: crimes, pedidos de guarda e/ou sobre alienação parental, pedidos de adoção, pedidos de tutela, pedidos de curatela, suspensão e/ou destituição do poder familiar e realização de atendimento compulsório. Desta forma, seguem os dados:

TABELA 41: TEMA E PERCENTUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES POR DEMANDANTE - CATEGORIA R4

Tema	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Crimes	54,5%	65,2%	50,0%	36,4%
Guarda e alienação	42,4%	36,4%	37,9%	7,6%
Adoção	16,7%	10,6%	7,6%	3,0%
Tutela	22,7%	24,2%	15,2%	4,5%
Curatela	24,2%	31,8%	10,6%	6,1%
Poder Familiar	54,5%	53,0%	31,8%	7,6%
Atendimento Compulsório	72,7%	78,8%	42,4%	16,7%

Para as (os) assistentes sociais, o Ministério Público representa a maior incidência de solicitações de informações, chegando a atingir 78% no que diz respeito aos pedidos de atendimento compulsório, 65,2% no que se refere às solicitações referentes a crimes. Na sequência, seguindo por ordem de importância aparece a temática perda e/ou suspensão do poder familiar com uma incidência de 53%; guarda e alienação parental com 36,4%; curatela com 31,8%; tutela com 24,2% e por fim adoção com 10,6% de incidência. As Comarcas de Justiça também representam expressivas solitações às assistentes sociais, principalmente no que tange aos atendimentos compulsórios, onde atingem 72,7%. Pedidos de informações que envolvem assuntos relativos a crimes e perda ou suspensão do poder familiar, igualmente atingem 54,4%. O tema guarda e alienação parental atinge o percentual de 42,4%. Os demais temas curatela, tutela e adoção, aparecem com 24,2%, 22,7% e 16,7 seguindo esta

mesma ordem de citação. O Conselho Tutelar aparece com 50% para pedidos de informações sobre crimes. Na sequência aparece com maior incidência o que diz respeito aos pedidos de atendimentos compulsórios com 42,4%; seguidos de guarda e alienação parental com 37,9% das solicitações; 31,8% advêm de solicitações pertinentes aos temas de suspensão e perda do poder familiar. Tutela, curatela e adoção aparecem com 15,2%, 10,6% e 7,6% nesta mesma ordem de citação. Já a Delegacia de Polícia tem destaque aos pedidos de informações sobre crimes, onde atingem 36,4%. Os demais temas, não menos importantes aparecem com menor destaque, como se pode observar na Tabela 41.

Com o objetivo de ampliar o entendimento quanto às solicitações recebidas pelas (os) assistentes sociais respondentes, será apresentado o percentual relativo às temáticas dentre as quais se obtiveram demandas. Seguem-se os dados:

TABELA 42: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A CRIMES – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	30	23	33	42
De 01 a 5	31	36	24	22
De 06 a 10	3	4	8	1
De 11 a 15	2	3	1	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	36	43	33	24

No que se refere a informações relativas a crimes, o Ministério Público se apresenta como requerente que atinge o maior número de respondentes. Na sequência, por ordem de incidência, aparecem as Comarcas de Justiça, Conselho Tutelar e Delgacia de Polícia.

Cabe registrar que, no que tange a frequência de solicitações, todos os requerentes do Sistema de Justiça apresentam solicitações mensais. Todavia, notadamente as solicitações mensais de 01 a 05 são

as que mais possuem índices consideráveis. Impende ainda ressaltar que as solicitações mensais de 11 a 15 se apresentam como demandas advindas de todas as entidades.

TABELA 43: FREQUÊNCIA DE SOLIICTAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS À DISPUTA DE GUARDA E/OU ALIENAÇÃO PARENTAL – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	38	42	41	61
De 01 a 5	22	20	18	5
De 06 a 10	4	2	6	0
De 11 a 15	2	2	1	0
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	28	24	25	5

No caso das demandas relativas à disputa de guarda e/ou alienação parental, as Comarcas de Justiça atingem a maior quantidade de assistentes sociais respondentes. Na sequência, por ordem de incidência, aparecem o Conselho Tutelar, Ministério Público e, por fim, não menos importante a Delgacia de Polícia.

A frequência de solicitações mensais advém de todos os requerentes do Sistema de Justiça. Mas, notadamente ganham maior relevância as solicitações mensais de 01 a 05. Contudo, vale ressaltar, que com exceção das Delegacias de Polícia, todos os requerentes elencados apresentam solicitações mensais de 06 a 10 e de 11 a 15.

TABELA 44: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE ADOÇÃO – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	55	59	61	64
De 01 a 5	6	3	2	1
De 06 a 10	4	3	3	0
De 11 a 15	1	1	0	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	11	7	5	2

Em relação aos pedidos de adoção, as Comarcas de Justiças apresentam o maior número de demandas, seguidas pelo Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacias de Polícia.

A frequência de solicitações mensais advém de todos os requerentes do Sistema de Justiça. Ganham maior relevância as solicitações mensais de 01 a 05. Seguidas das solicitações de 06 a 10, com exceção das Delegacias de Polícia. Contudo, vale ressaltar, que esta, apesar de ser mencionada pelo menor número de profissionais, apresenta expressiva frequência de 11 a 15 solicitações.

TABELA 45: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE TUTELA – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	51	50	56	63
De 01 a 5	12	14	9	2
De 06 a 10	2	1	0	0
De 11 a 15	1	1	1	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	15	16	10	3

No que concerne aos pedidos de tutela, o Ministério Público totaliza o maior número de profissionais respondentes. Na sequência, por odem de incidência, aparecem as Comarcas de Justiça, Conselhos Tutelares e Delgacias de Polícia.

Notadamente, ganha maior relevância a frequência de solicitações mensais de 01 a 05, advindas de todas as instituições. Já as solicitações mensais de 06 a 10 advêm das Comarcas de Justiça e Ministério Público. Todavia, impende ressaltar que todos os requerentes igualmente se equiparam ao patamar de 11 a 15 solicitações mensais.

TABELA 46: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS A PEDIDOS DE CURATELA – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	50	45	59	62
De 01 a 5	13	17	4	3
De 06 a 10	2	2	1	0
De 11 a 15	1	2	2	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	16	21	7	4

Em relação aos pedidos de curatela, o Ministério Público abarca o maior número de profissionais respondentes, seguido pelas Comarcas de Justiça, Conselhos Tutelares e Delegacia de Polícia.

A frequência de solicitações mensais 01 a 05, notadamente se destacam e advêm de todos os requerentes do Sistema de Justiça. A frequência de 11 a 15 solicitações se apresenta de forma expressiva. As solicitações de 06 a 10, com exceção das Delegacias de Polícia, também possuem incidências.

TABELA 47: FREQUÊNCIA DE SOLIICTAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS À SUSPENSÃO E/OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	30	31	45	61
De 01 a 5	29	28	17	4
De 06 a 10	4	3	2	0
De 11 a 15	3	4	2	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	36	35	21	5

No que concerne à suspensão e/ou destituição do poder familiar, as Comarcas de Justiça e o Ministério Público destacadamente se apresentam como os maiores requerentes, seguidos pelos Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia.

A frequência de solicitações mensais 01 a 05, notadamente se destacam e advêm de todos os requerentes do Sistema de Justiça. A frequência de 11 a 15 solicitações se apresenta de forma expressiva. As solicitações de 06 a 10, com exceção das Delegacias de Polícia, também possuem incidências.

TABELA 48: FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES, QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDENTES, POR DEMANDANTES RELATIVAS À ATENDIMENTO COMPULSÓRIO – CATEGORIA R4

Frequência de Solicitações	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Policia
Nenhuma	18	14	38	55
De 01 a 5	33	36	17	9
De 06 a 10	9	9	5	1
De 11 a 15	6	7	6	1
De 16 a 20	0	0	0	0
Acima de 20	0	0	0	0
Total de Respondentes (menos nenhuma)	48	52	28	11

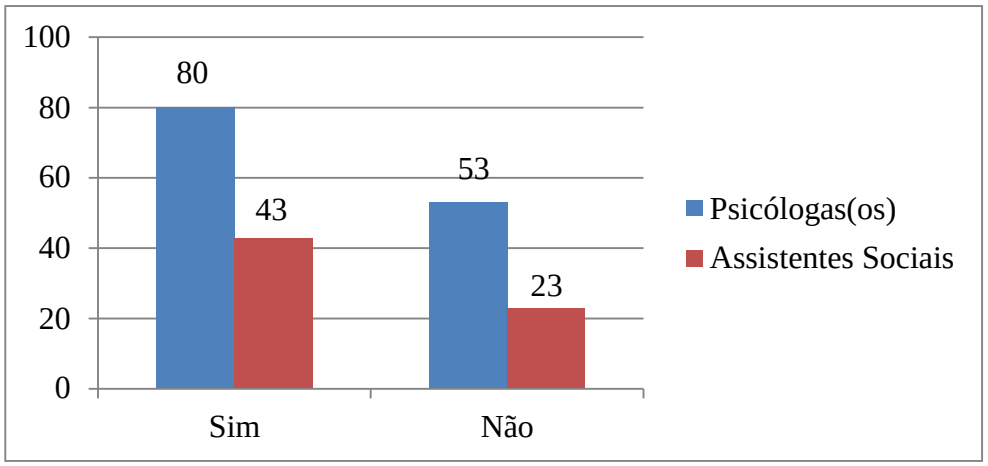
Já em relação ao atendimento compulsório, o Ministério Público se apresenta como o maior requerente, bem como as Comarcas de Justiça também ganham destaque, seguidos dos Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia.

A frequência de solicitações mensais 01 a 05, notadamente têm maior prevalência e advêm de todos os requerentes do Sistema de Justiça. A frequência de 11 a 15 solicitações se apresenta de forma expressiva. Contudo, as solicitações de 06 a 10 também possui incidência.

DEPOIMENTO E/OU TESTEMUNHO

Em relação à requisição para depor em juízo e/ou ser testemunha, a fim de esclarecer acerca de atendimentos realizados e/ou documentos decorrentes de atendimentos, informou-se os seguintes dados:

GRÁFICO 13: NÚMERO DE REQUISIÇÕES PARA DEPOR EM JUÍZO E/OU SER TESTEMUNHA, POR PROFISSIONAIS - CATEGORIA R4

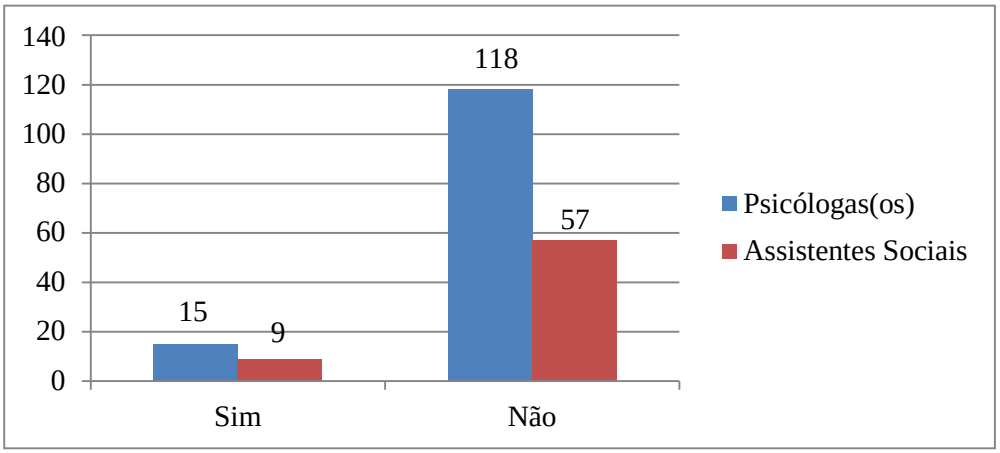


A partir do gráfico acima, é possível inferir que há um percentual maior daqueles que são chamados a depor em juízo e/ou ser testemunha, visto que 61% dos 199 respondentes na categoria R4 recebem esta requisição.

PENALIDADES

Em relação às penalidades sofridas em decorrência do descumprimento às demandas do Sistema de Justiça, têm-se os seguintes dados:

GRÁFICO 14: INCIDÊNCIA DE PENALIDADES – CATEGORIA R4



Verifica-se, a partir do gráfico, que 87% dos respondentes da categoria R4 não recebem penalidades em decorrência do descumprimento de demandas, o que corresponde a um total de 118 psicólogas (os) e 57 assistentes sociais. No entanto, existe um contingente que recebe penalidades, sendo 15 psicólogas (os) e nove assistentes sociais. Tais penalidades são especificadas a seguir, de acordo com as informações prestadas pelos respondentes.

TABELA 49: PENALIDADES SOFRIDAS, DE ACORDO COM AS (OS) PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R4

Penalidade	Quantidade
Ameaça em responder civil e penalmente (ofícios)	3
Ameaça de prisão	2
Tratamento coercitivo e ameaçador	2
Ameaça de sofrer penalidade	2
Medo de represália	2
Sofre grande pressão	1
Ameaça caso não compareça às audiências	1
Ameaça de condução coercitiva pela polícia militar	1
Falta de respaldo do Ministério Público para realizar o trabalho, recebendo demandas que colocam o profissional em risco	1
Ameaça de contato com prefeito, por parte do juiz, diante do descumprimento de ordens judiciais	1
Medo de prejudicar o equipamento público, caso não responda	1

Nota-se que existem ameaças de variados tipos, verbais ou por escrito, advindas do Sistema de Justiça. Veremos adiante que este tipo de demanda, de acordo com os respondentes, possui relação com situações de sofrimento e violência psicológica sofrida pelos profissionais.

TABELA 50: ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES, DE ACORDO COM AS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R4

Penalidade	Quantidade
Ameaça de sofrer penalidade	5
Ameaça em responder civil e penalmente (ofícios)	4
Medo de represália	3
Advertência	2
Tratamento coercitivo e ameaçador	2
Perseguição política	2
Perseguição do Ministério Público	2
Grande pressão	1
Ameaça de prisão	1
Cumprimento decorrente da falta de apoio dos superiores	1
Assédio moral	1
Obrigatoriedade em responder às demandas	1
Deixar de cumprir prioridades no atendimento à comunidade	1

De forma geral, as (os) assistentes sociais sofrem ameaças semelhantes às (os) psicólogas (as), por meio de ofícios ou demais meios. Nota-se que as (os) assistentes sociais informaram penalidades diferenciadas como advertência, e ainda, questões que impactam diretamente no trabalho realizado, como a ausência de cumprimento a prioridades da comunidade.

Por meio da análise dos dados, no que se refere às penalidades recebidas, nota-se que a própria ameaça de penalidade é percebida pelos profissionais como uma penalidade. Ou seja, ainda que não haja a aplicação de uma penalidade por parte do Sistema de Justiça, diante do não cumprimento da demanda recebida, as (os) profissionais consideram-se penalizados.

IMPACTOS AO TRABALHO

Em relação aos impactos das demandas do Sistema de Justiça nos objetivos do trabalho, obtiveram-se os seguintes dados:

TABELA 51: ESPECIFICAÇÃO DOS IMPACTOS, DE ACORDO COM AS (OS)PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R4

Impactos	Quantidade de Respostas
Confusão das atribuições profissionais	118
Interferência nas demandas do Serviço	103
Quebra de vínculos com o público atendido	100
Não adesão ao atendimento/acompanhamento	84
Conflitos com a gestão do Serviço e/ou demais profissionais	75
Adoecimento físico e/ou psicológico da (o) profissional	71
Interrupção por parte do (a) usuário (a)	58
Ameaças dos (as) usuários (as)	50
Sobrecarga de trabalho	2
Não abertura de vagas para psicólogos do Tribunal de Justiça e Ministério Público, mesmo com demanda evidente	1
Falta de profissionais para atender às demandas	1
Deixar de executar demandas do Serviço Público	1
Violar os direitos das pessoas	1

A partir da tabela, é possível verificar que os impactos informados pelas (os) psicólogas (os) se referem primordialmente à confusão de atribuições dos profissionais, com 118 respostas, seguido da interferência nas demandas do Serviço, com 103 respostas. Somado às demais respostas, nota-se que a demanda recebida do Sistema de Justiça acarreta em prejuízos no trabalho realizado pelas (os) profissionais, bem como na relação mantida entre a equipe e com o (a) usuário. Além disso, o adoecimento se torna uma questão evidente quando metade das (os) psicólogas (os) respondentes desta categoria indica adoecimento físico e/ou psicológico em decorrência da demanda recebida e as consequências advindas desta.

TABELA 52: ESPECIFICAÇÃO DOS IMPACTOS, DE ACORDO COM AS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R4

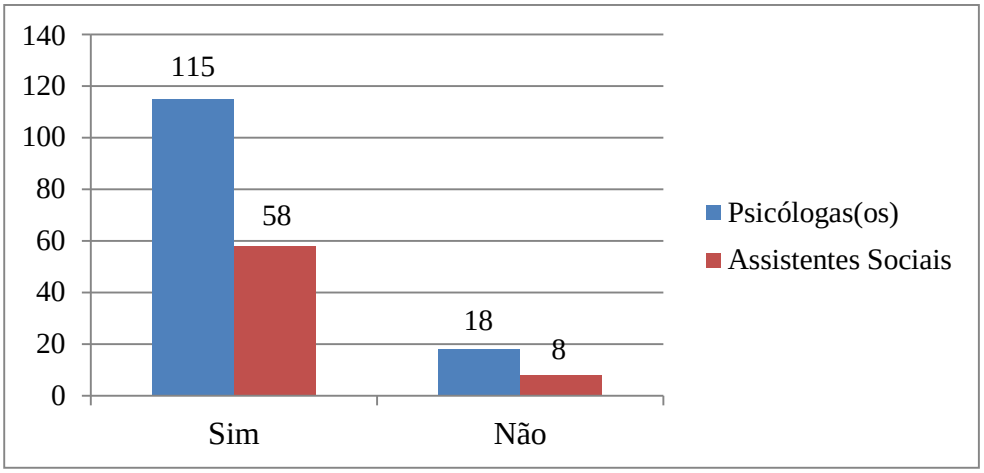
Impactos	Quantidade de Respostas
Interferência nas demandas do Serviço	53
Confusão das atribuições profissionais	50
Quebra de vínculos com o público atendido	40
Adoecimento físico e/ou psicológico da (o) profissional	36
Conflitos com a gestão do Serviço e/ou demais profissionais	33
Não adesão ao atendimento/acompanhamento	27
Ameaças dos (as) usuários (as)	26
Interrupção por parte do (a) usuário (a)	19
Impactos nas condições de trabalho	1
Desrespeito às atividades e programas	1
Descumprimento de demandas do Serviço	1

A partir da tabela, nota-se que os impactos informados pelas (os) assistentes sociais dizem respeito, primordialmente, à interferência das solicitações do Sistema de Justiça nas demandas do serviço realizado pelos mesmos, com um total de 53 respostas. Segue-se como um impacto a confusão de atribuições profissionais, com um total de 50 respostas. Assim como para as (os) psicólogas (os), verifica-se que a demanda recebida acarreta em prejuízos no trabalho realizado pelas (os) profissionais, assim como na relação mantida entre a equipe e com o (a) usuário. Além disso, o adoecimento em decorrência da demanda recebida e das consequências advindas desta se mostra em 54% das (os) assistentes sociais respondentes para esta categoria.

DÚVIDAS

Em relação à incidência de dúvidas sobre as demandas que se referem tanto a informações sobre o atendimento e/ou acompanhamento técnico de seu público atendido, quanto para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) especificamente ao Sistema de Justiça, têm-se os seguintes dados:

GRÁFICO 15: INCIDÊNCIA DE DÚVIDAS, DE ACORDO COM OS PROFISSIONAIS RESPONDENTES – CATEGORIA R4



A partir do gráfico, é possível verificar que, na categoria R4, 173 respondentes informaram ter dúvidas em relação ao Sistema de Justiça, o que corresponde a 87% desta categoria. Ou seja, 87% das (os) psicólogas (os) e assistentes sociais que recebem tanto demandas relativas a informações sobre o atendimento/acompanhamento realizado, bem como demandas relacionadas especificamente ao Sistema de Justiça, têm dúvidas sobre as demandas recebidas. Dentre estes, 115 são psicólogas (os) e 58 são assistentes sociais.

Sobre a definição das dúvidas mencionadas, obtiveram-se as respostas elencadas a seguir:

A) PSICÓLOGAS (OS)

No que diz respeito às (os) psicólogas (os), as dúvidas se apresentam diante das situações apresentadas abaixo:

TABELA 53: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE PSICÓLOGAS (OS) – CATEGORIA R4

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar e/ou negar a demanda recebida	122
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	86
Elaboração de documentos	65
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	59
Quais informações podem ser compartilhadas com a equipe	42
Requisição para depor como testemunha	2
Qual será o uso das informações prestadas pelas (os) profissionais	2
Confusão de papéis em relação às (aos) profissionais do Sistema Público e as (os) profissionais do Sistema de Justiça	2
Má resolução do Sistema de Justiça a questões de sua alçada	1
O motivo pelo qual Ministério Público e Justiça realizam demandas	1

Nota-se que, para as (os) psicólogas (os), assim as demais categorias de respondentes, a maior parte das dúvidas referentes às demandas do Sistema de Justiça diz respeito à elaboração de documentos, seja em conjunto com outros profissionais (59 respostas), seja aqueles documentos realizados apenas pelas (os) profissionais (65 respostas) - o que resulta em uma soma de 124 respostas, isto é, 93% das (os) psicólogas (os) respondentes da categoria R4. Nota-se, ainda, que há um grande contingente de respondentes (122 respostas) com dúvidas sobre as situações em que é possível questionar as demandas recebidas, seguido de quais informações poderiam ser disponibilizadas à Justiça (86 respostas).

B) ASSISTENTES SOCIAIS

No que diz respeito às dúvidas advindas das demandas recebidas pelas (os) assistentes sociais, têm-se os seguintes dados:

TABELA 54: TIPOS DE DÚVIDAS ADVINDAS DE ASSISTENTES SOCIAIS – CATEGORIA R4

Dúvidas	Quantidade de Respostas
Em que situações o profissional ou a equipe pode questionar a demanda recebida	56
Quais informações podem ser disponibilizadas à Justiça	43
Elaboração de documentos em conjunto com outros profissionais do serviço	30
Quais informações podem ser compartilhadas com a equipe	26
Elaboração de documentos	23
Atribuições das (os) profissionais do Sistema Público e das (os) profissionais do Sistema de Justiça	5

A partir da tabela acima, é possível notar que a maior parte das dúvidas se refere às situações em que haveria a possibilidade de questionar a demanda do Sistema de Justiça (56 respostas), seguido da elaboração de documentos, com um total de 53 respostas - 30 em conjunto com outros profissionais e 23 apenas pela (o) profissional. Nota-se, ainda, que existe um número significativo (43 respostas) sobre as informações que podem ser disponibilizadas à Justiça. Vale ressaltar que houve cinco respondentes que declararam haver conflito entre as atribuições dos profissionais do Sistema Público e do Sistema de Justiça, uma vez que, para estas pessoas, realizam as atividades que profissionais do Sistema Judiciário deveriam realizar.

6. CONCLUSÕES

A partir dos dados apresentados no decorrer do relatório, foi possível concluir a incidência e existência de situações de transborde da Justiça, ou seja, existem demandas que incidem sobre as (os) psicólogas (os) e assistentes sociais respondentes da pesquisa, que extrapolam os objetivos dos Programas e/ou Serviços públicos de Saúde e Assistência social nos quais as (os) profissionais estão inseridas (os). Neste âmbito, as (os) profissionais são solicitadas (os) não só a prestar informações concernentes ao atendimento e/ou acompanhamento que realizam, como também a cumprir demandas que não fazem parte do rol de procedimentos especificados nas políticas com as quais atua. A (o) profissional, portanto, acaba por cumprir papéis diferenciados e, por vezes, contraditórios, que impactam negativamente no vínculo mantido com os usuários dos serviços e na qualidade dos serviços prestados.

Tal realidade se mostra por meio dos impactos informados pelos profissionais, que na maior parte dos casos contribui à confusão de atribuições profissionais, à interferência nas demandas do Serviço, e ainda, na saúde física e mental da (o) profissional. Vale ressaltar que executar uma demanda que extrapola e por vezes contraria a função de um equipamento público, acaba por ferir o compromisso ético profissional na direção garantia de direitos humanos, de acolhimento e promoção da dignidade.

Finalizamos pontuando que não há liberdade diante da falta de escolhas. Isto é, quando um profissional é ameaçado e/ou punido por questionar e/ou negar a realização de uma atividade - tendo em vista a complexidade que ultrapassa as competências do profissional ou as prerrogativas do Serviço/Programa e as consequências danosas de tal ação aos beneficiários destes - não há outra consequência se não o retrocesso. Ressaltamos com isso, o necessário diálogo entre o Sistema de Justiça (Comarcas de Justiça, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e as Delegacias de Polícia) com os atores envolvidos na operacionalização das políticas Públicas de Saúde e Assistência Social, considerando as especificidades dos contextos e das profissões, os objetivos dos Serviços e a relação com o trabalho intersetorial e, a qualificação do acesso e garantia de direitos dos usuários.

ANEXO A

FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO "TRANSBORDE DA JUSTIÇA"

ANEXO B - TABELA DE TERMINOLOGIAS

Termos	Definição
Transborde da Justiça	Considera-se transborde as solicitações que ultrapassam os limites de atuação dos serviços, extrapolando ou contrapondo-se às atribuições definidas nas Legislações que definem a criação e os objetivos dos mesmos, bem como as normativas que regulamentam as profissões que neles atuam. Igualmente, são considerados como transborde, as demandas que impedem a continuidade dos atendimentos, contrapondo-se inclusive aos direitos das pessoas e ou famílias atendidas, impedindo a efetividade das políticas públicas.
Atendimento Compulsório	Entende-se por atendimento compulsório aquele de caráter obrigatório mediante determinação judicial aos Programas/Serviços Públicos Municipais de Saúde e Assistência social, pressupondo substituição de penalidade por atendimento (com indicativos de duração e resultados) e/ou com finalidade de avaliação para produção de material pericial.
Autonomia Profissional	É a independência do livre exercício das atividades inerentes à profissão do ponto de vista técnico e científico (escolha dos instrumentais, emissão de pareceres, relatórios, laudos e opiniões técnicas em matéria de sua competência), a partir do marco legal, a saber: leis de regulamentação das profissões e seus respectivos Códigos de Ética.
Sigilo Profissional	Manter sobre proteção as informações e fatos conhecidos por meio de relação profissional em que estão implicadas a confiabilidade e exposição da intimidade do(s) usuário(s) do serviço.
Quebra de Sigilo Profissional	É a possibilidade de o profissional decidir pelo compartilhamento das informações obtidas a partir da relação profissional, estando pautado pela análise crítica e criteriosa da situação/contexto, considerando os princípios fundamentais de sua profissão e a direção da busca do menor prejuízo, fornecendo apenas as informações necessárias a quem de direito, para a tomada de decisão.
Código de Ética Profissional	Código de ética Profissional do Psicólogo http://www.crpsc.org.br/publicacoes/cod_etica_novo.pdf Código de Ética Profissional do Assistente Social: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESSSITE. Pdf
Perícia Judicial	É o meio de prova, realizado através de exame, vistoria e avaliação, resultante da atuação de técnicos com a finalidade de esclarecer à Justiça sobre um fato que extrapole o conhecimento jurídico, tendo como finalidade levar conhecimento técnico ao juiz, produzindo prova para auxiliá-lo em seu livre convencimento e levar ao processo a documentação técnica do fato, o qual é feito através de documentos legais. (Código do Processo Civil, art. 420 e Código Civil, art. 212).
Investigação Criminal	É um conjunto de procedimentos interdisciplinares, de natureza inquisitiva, que busca, de forma sistematizada, a produção da prova de um delito penal. (SENASP/MJ. Curso de investigação criminal I).

Guarda	É a nomeação de guardião legal de criança e/ou adolescente, não destituindo a filiação, podendo ser revertida a qualquer momento pela justiça.
Adoção	Ato jurídico pelo qual se estabelece estado de filiação e paternidade.
Testemunha	É a pessoa estranha ao processo, isto é, que não seja parte, chamada a juízo para narrar fatos dos quais tenha tomado conhecimento, que se apresentem relevantes para a causa.
Curatela	Curatela é o encargo atribuído, pela justiça, a um adulto que proteja, zele, guarde e administre os bens de pessoas declaradas incapazes, como deficientes físicos ou mentais, dependentes químicos, portadores de má formação congênita, indivíduos com transtornos mentais, e etc. A curatela possui os mesmos objetivos da tutela, porém é relacionado a pessoas que não são capazes de cuidar de si próprias.
Destituição do Poder Familiar	É o fim do seu exercício em virtude dos casos elencados no Código Civil, pelo artigo 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: I- castigar imoderadamente o filho; II- deixar o filho em abandono; III- praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; IV- incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente (Art. 1637 - Se pai ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bem dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha). BRASIL. **Código civil brasileiro**, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em: 14/08/14.
Quebra de Vínculos	Perda da confiança nos profissionais/equipe e descrédito na efetividade do atendimento recebido.
Confusão das atribuições profissionais	Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário possuem atribuições próprias, que são aquelas específicas e determinadas a cada esfera de poder, a quem cabe exercê-las com exclusividade, as quais lhe atribuem constitucionalmente ações que legitimam um determinado poder e funções próprias. A partir desta teoria, pode-se constatar que existem diferenças entre os técnicos que se encontram lotados em espaços específicos, e o desempenho de suas atividades podem ter diferenças de acordo com as especificidades desses locais. Entretanto, para o usuário desses Serviços pode haver confusão dos papéis desempenhados pelos técnicos, por não terem esta compreensão. Ex: confusão entre os técnicos que estão lotados em Serviços de Proteção Social do Executivo para com os técnicos que se encontram inseridos em espaços como o Ministério Público, Judiciário. BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**, 1988. PINHO, Rodrigo César Rebello. Sinopses Jurídicas. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. In: **Separação dos Poderes**. Cap. IV, p. 91, Ed. Saraiva

Interrupção por parte do usuário	Quando o(a) usuário(a) falta aos agendamentos ou rotinas do serviço, sem informar e/ou justificar ao serviço onde está recebendo o atendimento ou ainda, por solicitação espontânea, justificando ou não a interrupção voluntária ao atendimento recebido.
Assédio Moral	É a exposição dos trabalhadores/as às situações humilhantes e constrangedoras, repetidas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinados (as), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o(a) a desistir do emprego.
Não adesão ao atendimento /acompanha-mento	Resistência por parte do usuário em ser atendido pela equipe ou profissional do equipamento social, por motivos diversos. Entre eles: não concordância com a política adotada pelo Governo; não acreditar que o serviço público possa dar respostas qualificadas à sua demanda; incompatibilidade com o profissional por discordar da abordagem adotada no atendimento; condições precárias. COSTA, José Rubens. **Profissões Liberais autonomia**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987.

LEVANTAMENTO
SISTEMA DE JUSTIÇA

Realização

CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
SANTA CATARINA - 12ª REGIÃO
Filiado à ULAPSI

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

CEAS/SC
Conselho Estadual de Assistência Social

SUAS
Sistema Único de Assistência Social
FÓRUM CATARINENSE

OAB
SANTA CATARINA

SinPsi·SC
Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina

POLÍCIA CIVIL
ESTADO DE SANTA CATARINA